

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUSTAVO PAZINATO DA CUNHA

GEOPOLÍTICA NA ANTÁRTICA:

a influência do Realismo Clássico na Política Antártica Chilena.

Rio de Janeiro

2015

CC GUSTAVO PAZINATO DA CUNHA

GEOPOLÍTICA NA ANTÁRTICA:

a influência do Realismo Clássico na Política Antártica Chilena.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2015

AGRADECIMENTOS

Ao término desta etapa, cabe-me expressar sinceros agradecimentos:

À minha esposa Fernanda e aos meus filhos Guilherme e Carolina pelo amor, estímulo e compreensão, com os quais me presenteiam diuturnamente.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, pela amizade, pelas palavras sempre cordiais e pelas seguras orientações durante o estudo e a elaboração desta monografia.

Aos amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, turma de 2015, pela amizade e convívio, em especial aos Capitães-de-Corveta Monteiro e Souza de Aguiar pelas fundamentais trocas de informações sobre o tema antártico.

RESUMO

Nas Relações Internacionais, o Realismo Clássico ainda permanece presente e com influência no comportamento dos Estados. A região Antártica é um local propício para manifestação dos paradigmas do Realismo. As questões geopolíticas no Continente Branco caminharam para assinatura do Tratado da Antártica, numa tentativa de estabelecer uma governança na região. As regras estabelecidas para o Sexto Continente definiram seu uso apenas para fins científicos, pacíficos e em prol da humanidade. Entretanto, as reivindicações territoriais não foram desfeitas, permanecendo, junto com a discussão sobre exploração mineral, como uma possibilidade de conflito no futuro. Com uma efetiva participação no Sistema do Tratado Antártico, o Chile procura marcar sua presença na região e reafirmar seus direitos de soberania, especialmente sobre o reivindicado Território Antártico Chileno, sempre invocando seus precedentes históricos e geográficos. Sua posição, como país com orientação territorialista, tem as características do Realismo Clássico e que influenciam diretamente a sua Política Antártica e suas ações governamentais. Para o Chile, a Antártica é um elemento de interesse geopolítico permanente.

Palavras-chave: Antártica. Antártica Chilena. Tratado da Antártica. Realismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Início da exploração Antártica	46
Figura 2 - Resumo das Reivindicações Territoriais	47
Figura 3 - Reivindicações Territoriais	48
Figura 4 - Região de Magalhães e Antártica Chilena	49
Figura 5 - A Antártica Chilena	50
Figura 6 - Evolução da Política Antártica Nacional do Chile	51

LISTA DE TABELAS

1 -	Partes Consultivas do STA	52
2 -	Partes não Consultivas do STA.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Ano Geofísico Internacional
ATCM	<i>Antarctic Treaty Consultative Meetings</i>
ATS	<i>Antarctic Treaty Secretariat</i>
CCAMLR	<i>Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources</i>
CCAS	<i>Convention on the Conservation of Antarctic Seals</i>
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CPA	Conselho de Política Antártica
CRAMRA	<i>Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities</i>
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
EUA	Estados Unidos da América
INACH	Instituto Antártico Chileno
POLANTAR	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
RI	Relações Internacionais
SCAR	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SI	Sistema Internacional
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	9
2.1	Realismo Clássico	10
2.2	Considerações.....	12
3	O INTERESSE PELA ANTÁRTICA	13
3.1	Características Gerais.....	13
3.2	Dos primeiros exploradores ao Tratado da Antártica.....	14
3.3	Do Tratado de 1959 ao Protocolo do Meio Ambiente de 1991.....	18
3.4	A adesão do Brasil ao Tratado.....	20
3.5	Considerações.....	21
4	O CHILE E A ANTÁRTICA	23
4.1	O Território Antártico Chileno	23
4.2	Antecedentes Históricos à Reivindicação Territorial	24
4.3	Da Reivindicação Territorial até a Ratificação do Tratado da Antártica	30
4.4	1961 ao Protocolo de Madri (1991)	33
4.5	Do Protocolo de Madri aos dias atuais	34
4.6	Considerações.....	38
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	42
	ANEXO A Ilustrações	46
	ANEXO B Tabelas	52

1 INTRODUÇÃO

“La Antártica es el país donde la tierra se junta con las estrellas; donde las constelaciones están al alcance del que quiera tocarlas”

Hugo Schmidt¹

O interesse do homem pela região Antártica² foi evoluindo do caráter exploratório e das pesquisas científicas para a possibilidade de exploração de recursos naturais. A possibilidade de obter esses recursos, ao posicionar-se nessa região, despertou um interesse crescente dos Estados culminando, a partir do início do século XX, em reivindicações territoriais por parte deles, o que poderia prejudicar a paz característica da região.

Com o intuito de manter a convivência harmoniosa no continente, um grupo de Estados elaborou e assinou o Tratado da Antártica, em 1959. Este foi o primeiro estatuto jurídico da região, onde as regras estabelecidas definiram claramente o seu uso apenas para fins científicos, pacíficos e em prol da humanidade, mantendo a Antártica sem divisão política ou soberania de qualquer Estado. Entretanto, os pleitos territoriais não foram extinguidos, e a discussão sobre esse assunto foi adiada.

Embora estejam congeladas as reivindicações territoriais na Antártica, o Chile mantém suas aspirações territoriais e conduz ações com o objetivo de alcançá-las. Qual a influência da teoria realista na Política Antártica³ chilena? Essa influência será mantida a fim

¹ A Antártica é o país onde a terra une-se com as estrelas; onde as constelações estão ao alcance de quem quer tocá-las. Capitão do Exército Chileno Hugo Schmidt Prado, primeiro comandante da Base Bernardo O'Higgins, inaugurada em 1948. (Tradução nossa) (BUTTI, 2014).

² Continente Branco. Continente Gelado. Sexto Continente. Antártida. Antártica. Estas são algumas das denominações comumente utilizadas para designar a região mais austral do planeta. Para este trabalho, será utilizado o nome Antártica, conforme sugerido por Castro (1976) e Ferreira (2009). O nome Antártica tem como base a localização geográfica do continente, por encontrar-se no lugar oposto ao ocupado pela constelação da Ursa Maior, significando oposto ao Ártico. A palavra grega *Arktikos* significa “coincidente com a Ursa”, já que do Polo Norte se avista a constelação. Assim, o nome em grego foi estendido às regiões setentrionais extremas. Por analogia, às opostas à região polar norte deu-se o nome de Antártico, agregando o prefixo *anti* ao vocábulo *Arktikos* (CASTRO, 1976; FERREIRA, 2009).

³ Para este trabalho, será considerada como Política Antártica o conjunto de direitos e interesses que compõem a vocação histórica chilena e que o Estado tem consagrado em definições, declarações, decisões e instrumentos jurídicos, em 1906, 1940, 1955-1956, 1983 e outras oportunidades (CHILE, 2000).

de atender aos seus interesses geopolíticos no continente antártico? São essas as questões que este trabalho tentará responder.

A relevância do tema é a de contribuir para um maior entendimento da posição territorialista do Chile e, conseqüentemente, como ele conduz sua Política Antártica para assegurar seus interesses geopolíticos na região, a qual considera parte integrante do seu território nacional, frente ao futuro político e de governança do Continente Antártico.

Para alcançar o propósito, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, além de consulta a outros estudos publicados sobre o tema e a fontes eletrônicas na internet. A abordagem deste trabalho será dividida em cinco capítulos, com uma Introdução e uma Conclusão, além de figuras e tabelas que servem para elucidar e simplificar o entendimento do texto pelo leitor.

A introdução, ora em curso, visa apresentar o tema proposto, descrever a estrutura do texto e sua relevância. O capítulo dois apresenta uma síntese da principal corrente das Relações Internacionais (RI), o Realismo Clássico, que corresponde à teoria necessária para compreensão dos interesses geopolíticos do Chile no continente Antártico.

O propósito do capítulo três é descrever o interesse pela Antártica, com as características gerais do continente, os antecedentes históricos do Tratado da Antártica e sua evolução até os dias atuais, passando pelo Protocolo de Madri. Apresenta, ainda, uma breve descrição da adesão do Brasil ao Tratado.

O capítulo quatro pretende descrever o envolvimento do Chile com a Antártica, com o detalhamento do Território Antártico Chileno, os antecedentes históricos que levaram o Chile a uma reivindicação territorial em 1940, a participação chilena no Tratado da Antártica e a evolução da sua Política Antártica até 2015.

Por fim, a conclusão possui a finalidade de apresentar uma recapitulação do texto e as implicações e conseqüências dos argumentos apresentados nos capítulos anteriores.

2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 2), “as teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes da política mundial.”

Devido a sua grande convergência com outras ciências, tais como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Filosofia e História, o estudo das Relações Internacionais (RI) tornou-se indispensável para uma melhor compreensão sobre o mundo (CASTRO, 2012; SANTOS, 2012).

Considera-se, para fins deste trabalho, o conceito de RI em um sentido amplo, considerando que é uma disciplina que está em permanente evolução devido à constante interação de atores internacionais.

Em 1648, o Estado⁴, como é conhecido atualmente, nasce com a assinatura do Tratado de Paz Westfália, após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), na qual estiveram envolvidos diversos Estados do continente europeu. Seus princípios clássicos são a soberania dentro de suas fronteiras, a não-intervenção e a autonomia (PECEQUILO, 2004).

Em termos teóricos, considerando-se a divisão das correntes básicas das RI⁵, é importante para a estruturação deste trabalho escolher qual a teoria que ajuda a melhor compreender o posicionamento do Chile em relação à Antártica. Reconhecemos, no entanto, que os paradigmas das RI não são mutuamente excludentes, e sim complementares.

⁴ Entidade político-jurídica que representa a engrenagem central das RI dotada de população permanente, de território reconhecido, de governo aceito e de exercício de soberania estatal no plano interno e externo, perfazendo, assim, seu *jus dominium*. Em decorrência disso, possui capacidade de autogoverno, poder de polícia e organização institucional (CASTRO, 2012).

⁵ Na visão de Pecequilo (2004, 2010), as RI, em termos teóricos, dividem-se conforme as linhas clássicas da ciência política, o realismo, o liberalismo e o marxismo.

As reivindicações territoriais na Antártica, realizadas entre 1908 e 1940, por sete países⁶, indicavam a presença de tendências realistas, em que os países visavam ao fortalecimento de seus Estados em detrimento dos demais.

Para compreensão, neste trabalho, dos interesses geopolíticos do Chile pelo continente Antártico, e conseqüentemente os princípios aplicados na elaboração e condução da sua Política Antártica desde 1906, utilizou-se como teoria o Realismo Clássico.

2.1 O Realismo Clássico

Na visão de Pecequilo (2004), a teoria realista foi desenvolvida no século XX, a partir da contribuição de Edward Hallett Carr (1892-1982)⁷ ao criticar o pensamento idealista em sua obra *Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939*, publicado em 1939, poucos meses antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, posteriormente, por Hans Joachim Morgenthau (1904-1980)⁸ que publicou, em 1948, o livro *A política entre as nações*.

A mais tradicional abordagem teórica das RI sistematiza suas preocupações em torno de dois conceitos chave: o poder e o conflito. Desde suas fontes clássicas na Ciência Política como Maquiavel e Hobbes, ao anterior estudo de Tucídides sobre as interações entre Atenas e Esparta, passando por Max Weber e chegando a E.H Carr e Hans Morgenthau no século XX, essas orientações mantêm-se praticamente as mesmas, com variações apenas de ênfase (PECEQUILO, 2010).

Para Nogueira e Messari (2005), o realismo tem como uma de suas premissas básicas o *Estado* sendo cerne das RI, assim, os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que os Estados agem de maneira uniforme e homogênea e

⁶ As reivindicações de territórios na Antártica foram feitas, em ordem cronológica, pelo Reino Unido (1908), Nova Zelândia (1923), França (1924), Austrália (1933), Noruega (1939), Chile (1940) e Argentina (1940) (FERREIRA, 2009, p. 29).

⁷ Diplomata britânico, jornalista e teórico das RI.

⁸ Professor alemão radicado nos Estados Unidos da América (EUA).

em defesa do interesse nacional procurando maximizar ganhos e minimizar perdas.

Conforme Nogueira e Messari (2005), os realistas consideram a *anarquia* do Sistema Internacional (SI) como um conceito definidor do realismo nas RI, ou seja, percebem que inexistem regras ou uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las e implementá-las. Para eles, o cenário internacional é visto tal como o *Estado de Natureza*⁹ de Hobbes, onde há vários Estados, e cada um é responsável por sua própria sobrevivência. Contudo, o estado de *anarquia* internacional contrapõe-se ao *Estado de Natureza* no que diz respeito à criação de um soberano nacional, pois os realistas consideram impossível o estabelecimento de um *Leviatã*¹⁰ no plano internacional (SANTOS, 2012).

Segundo Nogueira e Messari (2005), outra premissa realista é o estudo do *poder* como elemento central das RI. Dessa forma, ressalta-se que o *poder* do Estado não é definido por suas capacidades intrínsecas, mas sim em comparação com os demais Estados com os quais compete.

A premissa realista *sobrevivência*, maior desejo do Estado, deriva do conceito de *anarquia*, onde há ausência de Governo mundial. Como resultado da *anarquia* internacional, os Estados têm a obrigação de lutar por sua *sobrevivência* e de utilizar todos os mecanismos de *poder* disponíveis. Nenhum Estado, na *anarquia* internacional, pode contar com outro para defender seus interesses e sua *sobrevivência*. Além de cada Estado ser responsável por sua própria segurança, nada garante que os Estados aliados não se tornem, em algum momento, uma ameaça (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; SANTOS, 2012).

Para Nogueira e Messari (2005), outro princípio que orienta o realismo nas RI é a

⁹ O Estado de Natureza, o “normal” dos homens é definido como um cenário de guerra de todos contra todos, no qual cada indivíduo estará em disputa com os outros (o homem como lobo do homem), visando seu espaço e interesses gerando uma situação de guerra permanente (PECEQUILO, 2004).

¹⁰ Thomas Hobbes (1588-1679), na obra *Leviatã*, relatou a Natureza Humana, onde cada homem tem direito a tudo, existindo uma constante guerra de todos contra todos, sendo este o estado normal do homem, ou seja, o Estado de Natureza, vivendo uma competição e disputa constantes. Os homens, para se conservarem, aliam-se e formam um conjunto de forças, estabelecendo entre si um pacto social que criará o Estado, definido como o *Leviatã*, que controla e administra os intercâmbios sociais (HOBBS, 2003).

forma como os Estados interagem é a *autoajuda*, ou seja, como visto anteriormente, nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua *sobrevivência*, assim cada Estado só pode contar de maneira integral e completa com as suas próprias capacidades para se defender e permanecer como ator nas RI. Isso não exclui a possibilidade de obter apoio nem a possibilidade de haver cooperação no SI, mas implica que a vigilância deveria ser permanente.

Na visão de Sarfati (2005), os Estados competem para sobreviver no cenário internacional, o que os leva a proceder racionalmente, de forma que aqueles mais bem adaptados sobrevivam no SI.

Para Pecequillo (2004) e Nye Jr. (2002), o realismo é reconhecido como a corrente teórica dominante no pensamento sobre a política internacional. Para o realista, os atores principais são os Estados, e o princípio e o fim da política internacional são o Estado individual em interação com outros Estados.

2.2 Considerações

Enfim, o objetivo deste capítulo foi descrever a teoria realista clássica, corrente teórica ainda dominante nas RI. Pode-se observar que o Realismo Clássico revela, de modo geral, o cenário da política internacional como um palco propício para conflitos, já que os Estados são livres para tomarem suas próprias decisões, não havendo um Governo mundial. São tidos como atores racionais, que buscam zelar pela segurança de tal modo a garantir a sobrevivência no sistema.

Após a apresentação da teoria realista clássica, arcabouço analítico utilizado para compreensão dos interesses geopolíticos do Chile pelo continente Antártico, e conseqüentemente os princípios aplicados na elaboração e condução da sua Política Antártica, nos capítulos a seguir, serão apresentados, separadamente, o interesse pela Antártica, a presença do Chile no continente e, no último capítulo, algumas conclusões.

3 O INTERESSE PELA ANTÁRTICA

Desde a antiguidade, havia filósofos gregos que pensavam na simetria terrestre, como foi o caso de Aristóteles (384-322 A.C.), e acreditavam na possibilidade de existência de uma porção continental no Hemisfério Sul em contraposição à existente no Norte. Esse território, inclusive, aparece na obra *Geographia* de Ptolomeu (90-168 D.C.) como uma terra desconhecida denominada *Terra Australis Incognita* (HILARY *et al*, 2003).

Neste capítulo, apresentam-se as características gerais do continente e uma síntese histórica da exploração e interesse na região, desde os primeiros exploradores mais interessados na caça à baleia e focas, passando pelos interesses científicos e geopolíticos do final do século XIX e XX. Apresenta, ainda, uma breve descrição da adesão do Brasil ao Tratado da Antártica.

3.1 Características Gerais

A Antártica é o continente dos superlativos. É o mais frio, mais seco, mais alto, mais ventoso, mais remoto, mais desconhecido e o mais preservado de todos os continentes. A temperatura média no verão é de -20°C, enquanto que no inverno é de -60°C; aproximadamente 98% do continente são cobertos por gelo durante todo o ano; é o continente com relevo mais acidentado, altitude média de 2.160 m; a área total é de 13.661.000 km² e equivalente a 1,6 vezes a área total do Brasil (COMNAP, 2015; MATTOS, 2015).

Segundo Mattos (2015), a flora terrestre da Antártica é constituída, basicamente, por vegetais inferiores, caracterizados pelas algas, fungos, líquens e musgos; já a fauna, por aves e mamíferos marinhos e algumas espécies de moluscos e insetos terrestres, além de uma das mais variadas e abundantes comunidades biológicas do planeta, o chamado zooplâncton, tendo o *krill*¹¹ como seu representante mais importante.

¹¹ O *krill* (*Euphausia superba*) é a mais abundante espécie de zooplâncton que habita o Oceano Austral; crustáceos

Quanto às riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, cobre, urânio, entre outros minerais de valor comercial. A água é outro importante recurso mineral presente no continente, que concentra 70% da água doce do planeta (SCAR, 2015).

3.2 Dos primeiros exploradores ao Tratado da Antártica

Em março de 1520, o navegador português Fernão de Magalhães (1480-1521), comandando uma esquadra com cinco navios (Trinidad, Santo Antonio, Concepción, Santiago e Victória) sob a bandeira espanhola, alcançou o estreito que levou seu nome, chegando ao Oceano Pacífico em novembro do mesmo ano, na primeira viagem de circunavegação comprovadamente realizada (AZAMBUJA, 1981; MATTOS, 2015).

Segundo Mattos (2015), até o século XVIII, não existem registros de tentativas deliberadas de se atingir as regiões antárticas. A primeira, não exitosa, ocorreu com uma expedição francesa, comandada por Jean Bouvet (1705-1786), que, em 1739, atingiu a ilha que levou seu nome, na latitude 54°25'S. Já o navegador britânico James Cook (1728-1779) foi o que, mais próximo chegou da Antártica, em sua segunda viagem de circunavegação, de 1772 a 1775, tendo atingido a latitude de 71°10'S, em 17 de fevereiro de 1774.

O primeiro explorador a avistar efetivamente o continente antártico foi o russo Fabian Gotlieb von Bellingshausen (1778-1852)¹², em 28 de janeiro 1820 (69°25'S e 2°10'W). Outras expedições foram realizadas na região por navegadores de outros países, como Reino Unido, com William Smith (1790-1847) e Edward Bransfield (1785-1852), e EUA, com

rosados, semelhantes a um pequeno camarão, de até 65mm, que constituem a base da cadeia alimentar antártica, sendo o principal alimento de baleias, focas e aves. Para se ter uma ideia da população de krill, estima-se que seus predadores naturais consumam anualmente entre 152 e 313 milhões de toneladas. A produção pesqueira atual de todo o mundo (excluindo aquicultura) gira em torno de 90 milhões de toneladas por ano. Em resumo, o krill é potencialmente o maior recurso pesqueiro disponível na Terra (FERREIRA, 2009, p.69).

¹² Bellingshausen, cuja expedição fora ordenada pelo Czar Alexandre I, para descobrir o continente que Cook não conseguiu atingir, era composta pelos navios *Vostok* e *Mirny*. Ele havia estudado todos os relatórios de viagem escritos por Cook, já havia participado da primeira viagem de circunavegação russa de 1803 a 1806, comandada por Adam Krusenstern (1770-1846), um nobre da corte russa que havia estudado antes na Academia da *Royal Navy*, no Reino Unido (DAY, 2013).

Nathaniel Palmer (1799-1877) (FIG. 1). As expedições predatórias de mamíferos marinhos foram o grande atrativo para os exploradores desse continente durante, praticamente, todo o século XIX (DAY, 2013; HILARY *et al*, 2003).

A primeira grande expedição científica foi a francesa, de Jules Sébastien Dumont d'Urville (1790-1842), iniciada em 1837, para realizar estudos cartográficos e de magnetismo. Em 1839, o almirantado britânico enviou a expedição comandada por Sir James Clark Ross (1800-1862), experiente oficial da Marinha britânica que já havia atingido o Polo Norte magnético, em 1831 (HILARY *et al*, 2003; MATTOS, 2015).

No início do século XX, surgiu a primeira reivindicação de território na Antártica. O Reino Unido, em 1908, reivindicou uma área que chegava a incluir as Ilhas Malvinas (*Falklands*), causando imediato protesto do governo argentino. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*, separado das *Falkland Islands Dependencies*¹³. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939. A Nova Zelândia e Austrália eram colônias britânicas na época da reivindicação, o que significava que 2/3 de todo o continente antártico foram reivindicados pelo Império Britânico (DAY, 2013; MATTOS, 2015).

Os primeiros anos do século XX também testemunharam a corrida para atingir o Polo Sul geográfico. Após diversas tentativas por parte de muitas expedições sem sucesso, o mesmo foi alcançado em 14 de dezembro de 1911 pela expedição chefiada pelo norueguês Roald Amundsen (1872-1928) (HUNTFORD, 2002; MATTOS, 2015).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reduziu as expedições para a Antártica, mas, em 1940, Argentina e Chile formalizaram seus interesses territoriais no continente (FIG.

¹³ O Reino Unido possui 14 *Overseas Territories*, incluindo o *British Antarctic Territory* (BAT). Informações sobre o BAT, estão disponíveis em: <https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>. Acesso em: 5 jul 2015.

2). As respectivas áreas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todas incluindo a Península Antártica como pertencendo a seus respectivos países. (DAY, 2013; MATTOS, 2015).

Segundo Mattos (2015), com o fim do conflito, os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passaram a ser os protagonistas no SI, e a posição deles em relação à Antártica tornou-se altamente relevante para o destino daquele continente. Logo ao final da 2ª Guerra Mundial, os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica, realizaram a maior expedição já registrada para a região até hoje. A Operação High Jump, de agosto de 1946 a fevereiro de 1947, contou com 13 navios, 23 aeronaves e aproximadamente 4,7 mil militares (DAY, 2013; HILARY *et al*, 2003).

Já a URSS, em 1946 enviou à Antártica a expedição baleeira *Slava Flotilla*, como preparatória a uma futura participação desse país na região. O posicionamento do país em relação ao continente não era territorialista, mas afirmava que tinha direito a participar em das discussões sobre o destino da Antártica, já que tinham sido eles os primeiros a chegar ao Sexto Continente. A presença da então URSS no Continente Branco evoluiu na década de 1950 devido às solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam grande participação do país no Ano Geofísico Internacional (AGI) ¹⁴. O país acabou tendo grande participação nesse evento, com a construção de duas estações permanentes: uma, em fevereiro de 1956, a estação *Mirny*; e outra, em dezembro de 1957, a estação *Vostok*, localizada bem próxima do Polo Sul magnético (DAY, 2013; MATTOS, 2015).

¹⁴ O AGI, ocorreu de julho de 1957 a dezembro de 1958 e marcou o final da época de exploração na Antártica e o início de uma nova, na qual predominou a investigação. Cientistas de 67 países participaram da programação do AGI, estações de trabalho foram estabelecidas no mundo todo – inclusive na Antártica – e foram coletados dados cobrindo uma vasta gama de disciplinas, tais como oceanografia, glaciologia, geologia, meteorologia, sismologia, geomagnetismo e fenômenos meteorológicos. A Antártica foi então reconhecida como uma região de características únicas e, por isto, de profundo interesse (FERREIRA, 2009).

Foi notável o esforço da Marinha estadunidense como o órgão responsável por todo o apoio logístico às expedições *Deepfreeze* (1955-56 e 1956-57), as duas grandes expedições científicas dos EUA que antecederam ao AGI. Como resultado dessas duas expedições, em fevereiro de 1956, foi inaugurada a estação científica estadunidense de *Mc Murdo* e, em novembro de 1956, construída a estação científica de *Amundsen-Scott*, exatamente no Polo Sul geográfico (DAY, 2013; MATTOS, 2015).

Segundo Mattos (2015), antes mesmo de se chegar a qualquer acordo sobre a governança do continente, os diversos países que já faziam pesquisas científicas na Antártica decidiram criar um órgão para coordenar essas atividades após o término do AGI. Assim, o *International Council for Science (ICSU)*¹⁵, durante a reunião específica sobre a Antártica, ocorrida em Estocolmo, Suécia, de 9 a 11 de setembro de 1957, criou o *Special Committee on Antarctic Research*, posteriormente renomeado para *Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR)*¹⁶ (SCAR, 2015).

Segundo Ferreira (2009), o Presidente estadunidense Dwight Eisenhower (1953-1961), em maio de 1958, convidou outros 11 países que estabeleceram estações antárticas durante o AGI para participarem de uma conferência, em Washington, D.C., a fim de estabelecer um regime internacional para a Antártica. A conferência teve início em 15 de outubro de 1959, após dezenas de reuniões preparatórias, conduzidas sigilosamente, sob a coordenação do Embaixador estadunidense Paul C. Daniels (1903-1986), que também presidiria a reunião final. Daniels, como esclarece Ferreira (2009, p. 45), “não era um especialista no tema, mas tinha experiência na América do Sul e conhecia bem a disputa entre Reino Unido, Argentina e Chile”.

¹⁵ *International Council for Science (ICSU)*, é uma organização não governamental internacional dedicada à cooperação internacional para o avanço da ciência. Atualmente, possui 153 membros científicos multidisciplinares e observadores, incluindo 142 países. Informações sobre a ICSU, estão disponíveis em: <https://www.icsu.org>. Acesso em: 31 jul. 2015.

¹⁶ *Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR)*, é um órgão interdisciplinar do ICSU. Informações sobre o SCAR, estão disponíveis em: <https://www.scar.org>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Na FIG. 3, vê-se a superposição dos territórios reivindicados por Argentina, Chile e Reino Unido, foco de divergência de difícil solução no continente. Argentina, Austrália e Chile eram os países que mais defendiam a questão territorialista nas reuniões preparatórias, ponto que sofreu grandes pressões dos soviéticos que desejavam um regime o mais aberto possível aos outros Estados (DAY, 2013).

Depois da cooperação científica internacional, como resultado imediato do AGI, seguiu-se também a cooperação política. O Tratado da Antártica¹⁷ foi assinado por 12 países, em 1º de dezembro de 1959, e entrou efetivamente em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação pelos respectivos parlamentos desses países¹⁸.

As reivindicações territoriais, embora não fossem negadas, foram congeladas, resguardando os direitos dos países reclamantes frente aos demais Estados membros, que hoje somam 29 países que são Partes Consultivas (Tabela 1) e 23 que são Partes Não-Consultivas (Tabela 2).

3.3 Do Tratado de 1959 ao Protocolo do Meio Ambiente de 1991

No Tratado da Antártica não foi instituído qualquer órgão permanente¹⁹, mas previa que ocorressem reuniões regulares entre os países-membros, em que as decisões eram tomadas por consenso. A primeira reunião dos membros do Tratado, a *Antarctic Treaty Consultative Meeting* (ATCM), ocorreu em 10 a 24 de julho de 1961, em Camberra, na Austrália. A partir de

¹⁷ Países que assinaram o Tratado e que reivindicaram território antes da Conferência de Washington (1959): Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Países que assinaram e não reivindicaram território antes do tratado: África do Sul, Bélgica, Estados Unidos da América, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O Reino Unido foi o primeiro a ratificar, em 31 de maio de 1960; os governos da Austrália, Argentina e Chile foram os últimos entre os 12 países a ratificar o Tratado, em 23 de junho de 1961 (DAY, 2013; FERREIRA, 2009).

¹⁸ O Tratado da Antártica é composto de 14 artigos, dos quais se destacam: o uso da Antártica para fins pacíficos (sendo proibido qualquer teste de armas, inclusive as nucleares; instalação de bases militares ou realização de exercícios militares); a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais daqueles sete países (DAY, 2003).

¹⁹ A criação da Secretaria Permanente do Tratado da Antártica foi decidida na ATCM XXIV, de 2001, e passou a funcionar em Buenos Aires, Argentina, a partir de 2004 (FERREIRA, 2009).

então, passou a acontecer a cada dois anos até 1994, quando a frequência passou a ser anual (FERREIRA, 2009).

O interesse econômico pela Antártica estava na pauta das ATCM, e o tema da prospecção mineral na Antártica foi incluído na VII ATCM, ocorrida em Wellington, Nova Zelândia em 1972, mas era um tema sensível, pois existiam questões de soberania envolvendo os países territorialistas e os internacionalistas do Tratado.

Segundo Mattos (2015), o ano de 1972 também trouxe a primeira convenção de caráter preservacionista, a *Convention on the Conservation of Antarctic Seals* (CCAS), assinada no dia 1º de junho²⁰. Tinha por objetivo a proteção de diversas espécies de focas, após décadas de caça indiscriminada por diversos países.

Em maio de 1980, em conferência realizada em Camberra, na Austrália, foi aprovada a *Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources* (CCAMLR), uma convenção mais ampla do que a CCAS, pois abrangia a preservação de outras espécies, como foi o caso do *krill* (MATTOS, 2015).

A crise mundial dos preços do petróleo bem como os indícios de gás e petróleo descobertos nos levantamentos realizados ao sul das Ilhas Malvinas levantaram ainda mais o interesse pela discussão da exploração mineral, até que resultou na *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities* (CRAMRA), assinada em Wellington, Nova Zelândia, em 1988. Fruto da grande pressão internacional pela preservação ambiental, a CRAMRA acabou não entrando em vigor, pois nem todos os Estados-membros ratificaram-na, liderados pelos governos da Austrália e da França, que mudaram suas posições após a Conferência de Wellington (DAY, 2013; FERREIRA, 2009; MATTOS, 2015).

Na conferência de Madri, em 1991, os países-membros do Tratado reuniram-se e

²⁰ A convenção foi assinada em 1972 em Londres e entrou em vigor em 1978, sendo revista em 1988 (FERREIRA, 2009).

celebraram o chamado Protocolo do Meio Ambiente²¹, que complementa o previsto no Tratado da Antártica e posterga para 2048 a volta da discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica, quando uma maioria simples poderá alterar o atual regime de não exploração. Antes disso, somente com a concordância de todos os 29 membros consultivos (Tabela 1), o que politicamente não é fácil de ser conseguido por envolver interesses de atores distintos no SI, como é o caso dos EUA, Rússia e China (FERREIRA, 2009).

3.4 A adesão do Brasil ao Tratado

O Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 16 de maio de 1975²². Em 12 de janeiro de 1982, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) passou a gerenciar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), por meio de sua Secretaria (SECIRM), traçando a política nacional global para as pesquisas na Antártica, passo primordial para possibilitar a primeira expedição científica brasileira à região austral (FERREIRA, 2009)

O início das atividades brasileiras na Antártica é seguido da oferta, por diversos países, de programas de cooperação²³. A oferta chilena²⁴ foi particularmente generosa, oferecendo pessoal especializado para planejamento, treinamento e adaptação ao clima antártico, apoio em Punta Arenas e a cooperação de suas estações na Antártica.

²¹ O Tratado de Madri ou Protocolo do Tratado da Antártica sobre Proteção do Meio Ambiente foi elaborado de forma extremamente rápida, em apenas quatro sessões, tendo sido assinado de forma simbólica em 1991, comemorando assim os 30 anos de Tratado Antártico. Só entrou em vigor em 1998, após a ratificação por todas as Partes Consultivas (FERREIRA, 2009).

²² A adesão do Brasil ao Tratado foi promulgada pelo Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975.

²³ Segundo Ferreira (2009), ao longo dos anos 80, o Brasil procurou diversas parcerias para cooperação antártica, incluindo Argentina, Chile, Polônia, Reino Unido, Alemanha, EUA, URSS e China.

²⁴ Segundo Mattos (2015), a participação na década de 1960 de três oficiais da Marinha do Brasil, aperfeiçoados em hidrografia, em três diferentes expedições chilenas à Antártica, a convite daquele país foram o início de uma longa cooperação do Chile com o Brasil em operações antárticas. Os Capitães-de-Corveta Sálvio Augusto de Oliveira Martins (1963-1964), Mario Edelman (1964-1965) e José Henrique França Gomes (1966-1967), foram os primeiros militares brasileiros a estarem na Antártica.

No verão de 1982/1983, tiveram início efetivamente as atividades brasileiras no Continente Antártico, quando foi realizada a primeira Operação Antártica. Além de realizar observações para escolher o local de instalação de uma futura estação antártica²⁵, foram executados projetos de pesquisas científicas. Fruto da realização dessas atividades de pesquisa, em 12 de setembro de 1983, o Brasil foi admitido como Membro Consultivo. Ainda, em função das pesquisas realizadas, em 1984, foi admitido como membro do SCAR (FERREIRA, 2009).

Para alcançar os objetivos da presença brasileira na região, em 1987, foi aprovada, pelo Decreto nº 94.401, a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que visa à consecução dos objetivos do Brasil na Antártica, considerando os compromissos assumidos pelo país no âmbito do STA. Essa política tem por objetivo o maior conhecimento da região antártica em seus diversos aspectos, através do incremento das pesquisas nacionais na Antártica; a identificação de recursos naturais e a coleta de dados que possibilitem avaliar seu aproveitamento; e a promoção de avanços tecnológicos aplicáveis às características específicas e aos recursos naturais daquela região (BRASIL, 1987).

Em 1991, o Brasil, ao ratificar o Protocolo de Madri, assumiu compromissos internacionais que implicam o dever de realizar pesquisa científica de qualidade e de preservar o meio ambiente antártico.

3.5 Considerações

O objetivo deste capítulo foi descrever o interesse pela Antártica, as características gerais do continente, os antecedentes históricos do Tratado da Antártica e sua evolução até os dias atuais.

²⁵ Em 6 de fevereiro de 1984, na Península Keller, Baía do Almirantado, Ilha Rei George, arquipélago das Shetlands do Sul, o Brasil inaugurou sua estação científica na Antártica, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Como se pode observar, a Antártica, por suas características geográficas, apresentou grande dificuldade de exploração, porém, após a confirmação da existência do Sexto Continente, vieram as expedições para exploração predatória de mamíferos marinhos, e as primeiras expedições científicas ao continente.

Verifica-se que, desde o início do século XX, pela descoberta de significativos recursos naturais, a região despertou a cobiça por parte de vários países, culminando com a apresentação de reivindicações territoriais de setores da região por alguns Estados, como o Chile, inclusive, com sobreposição de setores.

Com a iniciativa dos EUA, buscou-se, com a assinatura do Tratado da Antártica de 1959, o estabelecimento de um regime jurídico único para a Antártica, reduzindo assim a possibilidade de conflitos entre os países que reivindicavam o território, e também conter as iniciativas de internacionalização do continente.

Cabe ressaltar, porém, que o interesse econômico pela Antártica não estava esquecido, temas como prospecção mineral, questões de caráter preservacionista, e outros, foram discutidos até a conferência de Madri, em 1991. A assinatura do Protocolo do Meio Ambiente, que complementa o previsto no Tratado da Antártica, posterga até 2048 a decisão sobre a exploração mineral no continente.

Verifica-se que o Brasil iniciou, com a sua adesão ao Tratado, uma participação mais efetiva no assunto, garantindo que a sua condição de membro consultivo assegure condição de participar das futuras discussões sobre os destinos do Continente Branco.

Mas, e o Chile? O país mais próximo da Antártica e, por isso, com forte ligação com o continente, como orienta sua política sobre o tema? É em busca desse registro histórico que tratará o próximo capítulo, desde as primeiras reivindicações chilenas sobre o continente até a atualidade.

4 O CHILE E A ANTÁRTICA

O Chile tem uma longa tradição antártica, fundamentada em razões geográficas, históricas e jurídicas. Para o país, a Antártica é um elemento de interesse nacional permanente e presente em sua Política Exterior. Sua condição de territorialista e de Parte Consultiva do Tratado da Antártica refletem na elaboração e condução da sua Política Antártica.

Neste capítulo, será possível descrever o Território Antártico Chileno, os antecedentes históricos que levaram a uma reivindicação territorial em 1940, a participação chilena no Tratado da Antártica e a evolução da sua Política Antártica até 2015.

4.1 O Território Antártico Chileno

Território Antártico Chileno²⁶ ou Antártica Chilena são os nomes que o Chile dá a um setor triangular da Antártica entre os meridianos 53°W e 90°W, limitados pelo paralelo 60°S, e cujo vértice está localizado no Polo Sul (FIG. 4 e 5). A Antártica Chilena se sobrepõe em parte com o território reivindicado pelo Reino Unido²⁷ e pela Argentina²⁸ (MERICQ, 1987).

Administrativamente, para o Chile, essa região faz parte da *Comuna Antártica*, uma das comunas²⁹ da *Provincia de la Antártica Chilena*, que por sua vez, faz parte da *Región de Magallanes y de la Antártica Chilena*³⁰ (FIG. 4 e 5).

²⁶ O Território Antártico Chileno inclui as ilhas Shetland do Sul, a península Antártica, chamada no Chile de Terra de O'Higgins, ilhas adjacentes e parte da Terra de Ellsworth. Possui uma superfície de aproximadamente 1.250.000 km². Seus limites atuais foram definidos em 6 de novembro de 1940 pelo Decreto Supremo n° 1.747 (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

²⁷ Território Antártico Britânico, entre os meridianos 20° W e 80° W (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

²⁸ Antártica Argentina, entre os meridianos 25° W e 74° W (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

²⁹ A comuna é a menor subdivisão administrativa no Chile. Pode conter cidades, vilas, aldeias, assim como área rural. Cada comuna é governada por um prefeito (alcalde) e um grupo de Conselheiros (concejales). As 346 comunas do Chile estão agrupadas em 54 províncias, que, por sua vez, são agrupadas em 15 regiões (CHILE, 2007).

³⁰ A Lei n° 11.486, de 17 de junho de 1955, tornou o Território Antártico Chileno dependente da Provincia de Magalhães, que corresponde a XII Região de Magalhães e da Antártica Chilena da divisão política administrativa do Chile. Em 4 de novembro de 1975 foi criada a Provincia da Antártica Chilena com as *comunas* Navarino (Cabo de Hornos desde 2001) e Antártica. A capital é Porto Williams (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

4.2 Antecedentes Históricos à Reivindicação Territorial

Os direitos de soberania alegados pelo Chile sobre o continente antártico remontam à *Bula Inter Coetera* do Papa Alexandre VI, emitida em 4 de maio de 1493, e ao Tratado de Tordesilhas assinado em 7 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. O tratado mencionado pôs fim às disputas entre as grandes potências colonizadoras da época. Com esse instrumento jurídico, a Coroa Espanhola passou a ser dona de toda a região localizada a oeste da longitude 27°31' W (MERICQ, 1987).

No início do século XVI, após a descoberta do estreito de Magalhães, o rei Carlos V³¹ emitiu as Cédulas Reais para designar a denominada “*Terra Australis*” aos governadores que estavam a cargo da Capitania Geral do Chile, e posteriormente, aos governadores do Reino do Chile, a quem confiou exercer a soberania sobre todas as terras austrais, que haviam sido descobertas ou que estavam por descobrir. Pedro Sancho de Hoy, por decreto real, em 24 de janeiro de 1539, foi o primeiro a exercer o cargo de governador da “*Terra Australis*” (AZAMBUJA, 1981; ROMERO, 1984).

Em 1810³², quando o Chile iniciou seu processo em direção à independência, os novos estados aplicaram o princípio *utis possidetis juris* que indicava que os novos Estados teriam como limites aqueles que estavam consignados nas Cédulas Reais e mapas das colônias espanholas das quais se originaram. Assim, o Chile foi constituído por todas as terras que anteriormente pertenceram à Capitania Geral do Chile, incluindo as terras austrais (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Após a independência do Chile, entre 1820 e 1830, as primeiras atividades relacionadas à Antártica foram a captura de focas e lobos marinhos, com o objetivo de

³¹ Carlos V & I (Gante, 24 de fevereiro de 1500 – Cuacos de Yuste, 21 de setembro de 1558) foi o Sacro Imperador Romano-Germânico como Carlos V a partir de 1519 e Rei da Espanha como Carlos I de 1516 até sua abdicação em favor de seu irmão mais novo Fernando I no Império e seu filho Filipe II na Espanha.

³² A independência chilena em relação à Espanha foi formalmente declarada em 12 de fevereiro de 1818.

comercializar as peles e óleo animal, por empresas britânicas e estadunidenses que partiam do porto de Valparaíso³³ e dirigiam-se para Antártica (TORO, 1984).

O libertador chileno Bernardo O'Higgins³⁴, em 1831, durante seu exílio em Lima, escreveu uma carta ao Capitão Coghlan da Marinha Real Britânica onde destacava a situação do seu país:

Chile viejo y nuevo se extiende en el Pacífico desde la bahía de Mejillones en latitud 23°S hasta nueva Shetland del Sur en la latitud 65°S, y en el Atlántico desde la península de San José en latitud 42°S hasta nueva Shetland del Sur"... "Chile, tal como queda descrito, posee las llaves de esta vasta porción del Atlántico del sur... esto es, desde el paralelo 30°S hasta el polo, y también posee las llaves de todo el gran Pacífico. (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012, p. 196.).³⁵

Em 1843, o Presidente Manuel Bulnes (1841-1851) ordenou uma expedição chilena para ocupação do Estreito de Magalhães antes que navios britânicos e franceses chegassem com o mesmo objetivo. O Chile e a Argentina assinaram, em 1856, um tratado no qual reconheciam os limites estabelecidos pelo *uti possidetis juris*, e que foram definidos em 1810.

Proseguindo na afirmação dos interesses antárticos chilenos, em 17 de agosto de 1892, durante o governo de Jorge Montt (1891-1896), foi emitida uma portaria que regulamentava a caça de focas, lobos marinhos e outras espécies na costa, ilhas e nos mares do Chile. Esse documento visava resguardar os direitos do Chile na zona antártica. Ao legislar sobre esse assunto, o Chile tornou-se o primeiro Estado a tomar medidas legais para preservação da soberania naquela região (MERICQ, 1987).

Na visão de Gorostegui e Waghorn (2012), em 1906, o Chile estabeleceu pela primeira vez uma Política Antártica, com objetivo de reforçar sua soberania no Continente Antártico.

³³ Valparaíso é uma das cidades mais antigas do Chile. Como o principal porto do reino exerceu um papel decisivo na independência chilena. Informações sobre o Porto de Valparaíso, estão disponíveis em: <http://www.puertovalparaiso.cl>. Acesso em: 31 jul. 2015.

³⁴ O General Bernardo O'Higgins, após a luta pela independência chilena e o exercício do governo, exilou-se no Peru, até a sua morte em 1842, em Lima.

³⁵ "O velho e novo Chile estende-se no Pacífico da Baía de Mejillones na latitude 23°S até a nova Shetland do Sul na latitude 65°S, e no Atlântico da península de São José na latitude 42°S até nova Shetland Sul "... " O Chile, como é descrito, possui as chaves desta vasta porção do Atlântico Sul ... isto é, desde a latitude 30°S até o polo, e também possui as chaves de todo o grande Pacífico." (Tradução nossa).

Iniciou, então, negociações com a Argentina, para delimitar o setor da península Antártica em que ambos sustentavam ter soberania. Essas negociações foram encerradas sem chegarem a um acordo final, permanecendo estagnadas até o início dos anos 1940. A motivação dessa tentativa conjunta do Chile e Argentina em definir suas fronteiras na Antártica teve origem no conhecimento das reivindicações britânicas e na vontade dos governos do Chile e Argentina em atuarem em conjunto contra as mesmas.

Em uma tentativa de efetivar sua Política Antártica, foram realizadas outras ações que potencializavam os seus conceitos. Foi criada uma Comissão Antártica encarregada de elaborar expedições de reconhecimento e pesquisa científica e de atribuir concessões de pesca. Anteriormente, em 1902, ao emitir uma licença de pesca nas águas antárticas ao empresário chileno Pedro Pablos Benavides, o Chile reafirmava o seu domínio na região, sendo o primeiro país a emitir concessão de pesca na Antártica.

Em 27 de fevereiro de 1906, o Chile através do Decreto Supremo nº 260 outorgou a Enrique Fabry e Domingo de Toro Herrera autorização para exploração pesqueira das ilhas Diego Ramírez, Shetlands do Sul, Geórgia, e outras terras antárticas (PINOCHET, 1984; GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Para Martinic (2010, p. 148), “esse ato administrativo deve ser considerado como a base de uma política de Estado relativa a Antártica, que com altos e baixos, tem sido mantida até o presente.”³⁶

Segundo Romero (1984), ainda em 1906, o Chanceler Federico Puga Borne enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei solicitando financiamento para organização de uma expedição, que tinha como objetivo explorar e ocupar as ilhas e terras situadas na região antártica e realizar pesquisas científicas. Porém essa expedição planejada durante o governo do Presidente Germán Riesco (1901-1906) não se concretizou devido à necessidade de os recursos serem

³⁶ MARTINIC, 2010, p. 148, tradução nossa. Texto original em espanhol.

alocados, emergencialmente, na reconstrução de Valparaíso, afetada por um terremoto naquele ano.

Entre os anos de 1908 e 1917, o Reino Unido apresentou a primeira reivindicação formal de território na Antártica, emitindo a carta patente de 21 de julho de 1908, anexando as ilhas Georgias, Orcadas, Shetland, Sandwich e a terra de Graham à colônia britânica das Falklands, todas colocadas sob o controle do governo das Falklands (GALLARDO, 1984). Este conjunto de territórios passou a ser denominado de Dependência das Falklands, contudo, segundo Castro:

Esta reivindicação, embora tomando por base os descobrimentos e explorações científicas, seria interpretada com certa ambiguidade de linguagem, dando a impressão de que o Reino Unido reclamava parte de territórios patagônicos argentinos e chilenos, situados ao sul do paralelo de 50° de latitude (CASTRO, 1976, p.81).

Para evitar um conflito com Argentina e Chile, a reivindicação foi alterada definindo melhor os limites³⁷ dos territórios e ilhas reivindicadas e permanece até hoje como o *British Antarctic Territory*³⁸ (MATTOS, 2015).

Um fato de grande importância histórica para o Chile foi a missão de resgate do explorador britânico Sir Ernest Shackleton e da tripulação do *Endurance*. Apesar da notoriedade do feito do *Piloto Pardo*³⁹, o interesse pela Antártica não se manifestava na política.

Para Gorostegui e Waghorn (2012), a Política Antártica chilena desta época era reativa e só se reformulava quando existia uma conjuntura que representava um desafio. Na década de

³⁷ Os limites reivindicados passam a ficar situados entre 20° e 50° de longitude oeste a sul dos 50° de latitude, e entre 50° e 80° de longitude oeste a sul dos 58° de latitude (CASTRO, 1976, p.82).

³⁸ O Reino Unido possui 14 *Overseas Territories*, incluindo o *British Antarctic Territory*. Informações sobre o BAT estão disponíveis em: <https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>. Acesso em: 5 jul 2015.

³⁹ Em 1914, Sir Ernest Shackleton iniciou uma expedição para atravessar a Antártica, através do Polo Sul, do mar de Weddell ao mar de Ross. Com o *Endurance*, foi para o continente branco, mas o tempo piorou muito até que o gelo prendeu e destruiu o navio. Shackleton solicitou apoio do Uruguai e da Argentina para resgatar a tripulação que estava na Antártica, mas não teve sucesso. Em Punta Arenas, a Marinha chilena designou Luis Alberto Pardo Villalón, que, a bordo do navio *Yelcho*, conseguiu resgatar, em 30 de agosto de 1916, os vinte naufragos que estavam na Ilha Elefante. Em 4 de setembro de 1916, eles foram recebidos no porto de Punta Arenas como heróis. A façanha do *Piloto Pardo*, que navegou com temperaturas próximas a -30°C e em um mar tempestuoso e cheio de icebergs, ganhou reconhecimento nacional e internacional (CARVALLO, 2013; HILARY *et al.*, 2003).

1920 e 1930, o Reino Unido foi o único país que manifestou algum interesse pela Antártica, através do exercício da política. Este cenário começou a mudar em 1938, depois de um convite realizado pelo governo da Noruega para o Chile participar da Conferência Polar Internacional em Bergen. O Ministério das Relações Exteriores do Chile aproveitou e reiterou publicamente a existência de interesses chilenos na Antártica.

Afirma Gallardo (1984) que, em 16 de agosto de 1939, o Ministério das Relações Exteriores do Chile recebeu da embaixada dos EUA, em Santiago, um memorando sigiloso que informava que o Congresso dos EUA havia destinado fundos para criação de uma expedição científica de investigação dos recursos naturais existentes no território e áreas marítimas da Antártica. Anunciava, ainda, o referido memorando que seriam instaladas duas bases na Antártica, e que os EUA não estavam realizando reivindicação de soberania sobre a Antártica e nem reconheciam reivindicações territoriais formuladas por outros países. Preocupado com o interesse dos EUA, o Presidente Pedro Aguirre Cerda (1938-1941) criou, em 7 de setembro de 1939, uma comissão especial, chefiada pelo Professor de Direito Internacional, Julio Escudero Guzmán, para que se realizassem estudos sobre o processo legal para delimitar o território na região Antártica pertencente ao Chile (ROMERO, 1984).

A Comissão estabeleceu os limites do território chileno na Antártica, considerando a Teoria dos Setores, o Tratado de Tordesilhas e as instalações argentinas nas ilhas Orcadas, assim como os antecedentes geográficos, históricos, jurídicos e diplomáticos que tinham declarado em 1906, quando iniciou o planejamento de realizar a primeira expedição oficial à Antártica, a qual não foi concretizada (CARVALLO, 2013; ROMERO, 1984), conforme já mencionado.

Em 2 de novembro de 1940, o Decreto nº 1723 do Ministério das Relações Exteriores estabelecia que era competência daquele Ministério tomar conhecimento e resolver todos os assuntos de qualquer natureza relativos ao Território Antártico Chileno.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 10 de agosto de 1940, o Presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), que desejava preservar a

Antártica dentro da zona de segurança hemisférica, solicitou aos países americanos que formulassem reivindicações territoriais na região Antártica e sugeriu que algum país da América do Sul redigisse uma declaração sobre a Antártica e incluísse os outros países da região. O governo do Chile preferiu seguir com seu próprio projeto, o que implicaria uma negativa dos EUA em reconhecer o decreto chileno (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Assim, em 6 de novembro de 1940, o Presidente chileno Pedro Aguirre Cerda (1938-1941), assinou o Decreto Supremo nº 1747 que fixava definitivamente os limites do Território Antártico Chileno, tornando-se um dos marcos mais significativos da história polar do Chile. O decreto afirma:

Forman la Antártica Chilena o Territorio Chileno Antártico, todas las islas, islotes, arrecifes, glaciares (pack ice) y demás, conocidos y por conocerse, y el mar territorial respectivo, existentes dentro de los límites del casquete constituídos por los meridianos 53° longitude oeste de Greenwich y 90° longitud oeste de Greenwich. (CHILE, 1940).
40

Conforme Romero (1984), além das razões históricas e jurídicas, o estabelecimento dos limites do Território Antártico Chileno foi baseado em aspectos científicos como a continuidade e contiguidade geográfica, semelhança geofísica entre a Patagônia e a Antártica e semelhanças glaciológicas. No ano seguinte, a Argentina promulgou um decreto semelhante, estabelecendo a Antártica Argentina, no setor compreendido entre os meridianos 25° e 74° W, sobrepondo em 21° o setor chileno.

Para Gorostegui e Waghorn (2012), a delimitação chilena do território antártico levou à criação da Comissão Antártica Nacional⁴¹, e a existência dessa Comissão foi uma importante

⁴⁰ "Formam a Antártica Chilena e Território Chileno Antártico, todas as ilhas, ilhotas, recifes, geleiras (blocos de gelo) e outros, conhecidos e desconhecidos, e respectivas águas territoriais, existente dentro dos limites do setor constituído pelos meridianos 53° longitude oeste de Greenwich e 90° de longitude oeste de Greenwich " (CHILE, 1940, tradução nossa)

⁴¹ A primeira Comissão foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e tinha como integrantes: além de um Subsecretário da Chancelaria, o Diretor do Departamento Diplomático, o Assessor Jurídico da Chancelaria, um professor de Direito Internacional da Universidade do Chile e um assessor da Armada do Chile. Entre as atribuições da Comissão estavam, compilar e ordenar todos os antecedentes jurídicos, históricos, geográficos, diplomáticos e administrativos relacionando à Antártica, especialmente com a Antártica Chilena. Posteriormente, outros membros foram incorporados à Comissão, como o Ministro da Defesa Nacional, um membro do Senado e

expressão da Política Antártica, ainda que pouco definida.

4.3 Da Reivindicação Territorial até a Ratificação do Tratado da Antártica

Durante o governo do Presidente Gabrile González Videla (1946-1952), o Chile começou a exercer atos concretos de soberania no continente antártico. Assim, no verão de 1946/1947, foi concluída a primeira expedição oficial chilena à Antártica, que teve como objetivo a instalação de uma base a cargo da Marinha, inicialmente chamada *Base Antartica Nacional Soberanía* e mais tarde, *Capitán Arturo Prat*, inaugurada em 6 de fevereiro de 1947. Nessa expedição, foi realizado o primeiro vôo chileno no continente antártico, e a Direção Geral dos Correios e Telégrafos do Chile criou a Agência Postal Soberania (TORO,1984).

Em 1947, o Chile propôs aos EUA a realização de uma Conferência Antártica, mas os EUA não aceitaram, uma vez que o assunto não estava nas suas prioridades. No entanto, os EUA logo apresentaram uma proposta para internacionalizar a Antártica. Por isso, é que, em 1948, o Professor chileno Julio Escudero apresentou uma proposta na qual o Chile recomendava um estatuto especial em que se congelavam os litígios de soberania por 5 a 10 anos (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Em 1948, organiza-se uma segunda expedição com o propósito de fundar outra base, agora a cargo do Exército Chileno, chamada de *General Bernardo O'Higgins*. A inauguração dessa base contou com a presença do Presidente Gabriel González Videla (1946-1952) e foi a primeira visita de um Chefe de Estado ao continente antártico.

No mesmo dia da inauguração da Base O'Higgins, o Ministério das Relações Exteriores do Chile emitiu um comunicado em que o Chile rejeitava qualquer tentativa de internacionalizar a Antártica e, em vez disso, estava pronto para realizar acordos que

da Câmara de Deputados, um ex-Ministro das Relações Exteriores, um representante do Exército e um da Sociedade Chilena de História e Geografia (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

assegurassem a continuidade da cooperação científica na Antártica e que era praticada por vários Estados (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Negociações específicas entre Chile e Argentina levaram os dois países a realizarem um declaração conjunta em 4 de março de 1948, com a definição dos limites da Antártica Sul-Americana⁴² entre os meridianos 25°W e 90°W, porém as respectivas áreas, pretendidas pelo Chile e Argentina, possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todos considerando a importante Península Antártica como pertencendo a seus países (a maioria das estações científicas na Antártica está localizada na Península).

Foi o início de um período de sérios problemas entre esses três países em relação a essas áreas no continente branco. A Argentina e o Chile concordaram que o Reino Unido não deveria ter direito à região reivindicada, pois, segundo eles, a Península Antártica fazia parte geológica e geograficamente da América do Sul (a área reivindicada pelo Reino Unido abrangia toda a área argentina e boa parte da chilena) (MATTOS, 2015; PINOCHET, 1984).

Como esclarece Gallardo (1984), em 1949, os três países assinaram, em Londres, uma Declaração Conjunta sobre demonstrações navais na Antártica, renovada anualmente até a entrada em vigor do Tratado da Antártica, o que aliviou a tensão entre eles, que acordaram em não enviar navios de guerra ao sul do paralelo 60°S. A tensão na região tinha aumentado após a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁴³.

Proseguindo com o programa de estabelecimento de bases, foram criadas, a cargo da Força Aérea, a base aérea *Presidente Gabriel González Videla* e a base aérea *Presidente Pedro Aguirre Cerda*⁴⁴, em 1951 e 1955, respectivamente (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

⁴² A declaração de 1948 constata a existência na Antártica Sulamericana de uma zona de fronteira não definida. Os governos do Chile e da Argentina estavam de acordo que a Antártica Americana se dividia em três porções: a) 25° a 53°W, 28 graus que o Chile reconhecia como argentina, b) 53° a 74°W, 21 graus de zona de fronteira indefinida e c) 74° a 90°W, 16 graus que a Argentina reconhecia como chilena. (PINOCHET, 1984).

⁴³ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado pelos países americanos no Rio de Janeiro, em 2 de novembro de 1947 criou uma Zona de Segurança ao redor do continente, de polo a polo, de 300 milhas de largura que incluía a Antártica Sulamericana (GALLARDO, 1984).

⁴⁴ Foi destruída por erupções vulcânicas na Ilha *Decepción* em 1967.

Conforme Gorostegui e Waghorn (2012), em 17 de julho de 1956, o Presidente Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958) promulgou o Estatuto Antártico⁴⁵, no qual incumbia ao Intendente de *Magallanes* a responsabilidade de tomar conhecimento e resolver todos os aspectos administrativos referentes à Antártica. Com interesse em cumprir suas obrigações internacionais visando à participação nas atividades do AGI, o Chile inaugurou, em 3 de março de 1957, a Base Antártica Científica Luis Risopatrón⁴⁶, pertencente à Universidade Católica do Chile.

Como esclarece Gorostegui e Waghorn (2012), o Chile, durante as negociações sobre o Tratado da Antártica, e especialmente no AGI, procurou estruturar a sua presença no continente antártico, consolidando a sua Política Antártica. É importante destacar que, desde o início da sua Política Antártica, em 1906, o Chile se opôs à internacionalização da Antártica, direta ou indiretamente, e defendia permanentemente os interesses dos países reivindicantes, salvaguardados pelo Tratado de 1959.

Na visão de Maria Teresa Infante⁴⁷ (1993, citada por GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012), nas negociações do Tratado da Antártica, o Estado chileno buscou combinar seus interesses nacionais e sua posição territorialista com os elementos internacionalistas que surgiam em direção a um sistema de forte cooperação internacional. Apesar de existirem interesses diversos entre os países, o Tratado foi concebido como uma zona de paz com aplicação de princípios sobre a desmilitarização e a proibição de armas nucleares, iniciativa da Argentina que foi apoiada pelo Chile. O país foi um participante ativo nas negociações do Tratado, considerando que vários dos acordos alcançados surgiram das suas iniciativas, pois o Chile já manifestava sua condição de país antártico desde o início da sua história. As questões de soberania, mantendo a presença da Antártica através das Forças Armadas, que estabelece medidas para proteger os recursos naturais,

⁴⁵ Decreto n° 298 de 17 de julho de 1956. *Aprueba el Estatuto del Territorio Antartico Chileno* (CHILE, 1956).

⁴⁶ Localizada a 60 m da Base O'Higgins, a Base *Risopatrón* foi destruída por um incêndio em 10 de março de 1958 (BUTTI, 2014).

⁴⁷ Maria Teresa Infante Caffi, *Chilean Antarctic Policy: The influence of domestic and foreign policy*, IARP, Norway, 1993, p. 4.

a possibilidade de rever o Tratado, o mecanismo de adesão de outros países, eram os pontos que mais preocupavam o Chile.

Segundo Pinochet (1984), a última sessão plenária antes da assinatura do Tratado foi presidida pelo Chefe da Delegação do Chile, Marcial Mora, que expressou:

"O governo do Chile, por ocasião da adoção do presente Tratado, declara que mantém a sua soberania no Território Antártico Chileno, em virtude dos seus claros direitos geográficos, históricos, jurídicos e outros, e que nada no presente Tratado deve ser interpretado como abandono do seu exercício na região"⁴⁸

Em primeiro de dezembro de 1959, em conjunto com mais onze países, o Chile assinou o Tratado da Antártica.

Conforme Gorostegui e Waghorn (2012), ao depositar os instrumentos de ratificação do Tratado em 23 de junho de 1961, o Chile realizou uma Declaração Conjunta com a Argentina, na qual ambos os países reiteravam a vontade de solucionar as divergências por meios pacíficos, chamando a comunidade internacional a adotar acordos semelhantes.

4.4 De 1961 ao Protocolo de Madri

Desde o AGI, a pesquisa científica passou a ser um dos principais atos dos países com interesses antárticos, e o Chile, com o propósito de centralizar e desenvolver suas atividades científicas na região, em 1963, durante o governo do Presidente Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964), criou o Instituto Antártico Chileno (INACH)⁴⁹, outro marco na Política Antártica chilena. Em 1969, com a presença do Presidente Eduardo Frei Montalva (1964-1970), foi inaugurado, na Ilha Rei George, o centro meteorológico que levava o seu nome (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

⁴⁸ PINOCHET, 1984, p. 98, tradução nossa. Texto original em espanhol.

⁴⁹ O INACH, foi criado em 10 de outubro de 1963 pela Lei nº 15.266, que estabeleceu o Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores. Foi oficialmente instalado em 29 de maio de 1964 na Universidade do Chile, com a responsabilidade de coordenar, planejar e executar as atividades científicas no Território Antártico Chileno e coordenar a participação do Chile nas atividades científicas internacionais na Antártica. Em 2003, como uma das ações para fortalecer a XII Região de Magalhães e da Antártica Chilena, a sede do INACH foi transferida de Santiago para Punta Arenas.

Em 4 de novembro de 1975, como um marco da regionalização, foi criada a Província da Antártica Chilena com as *comunas* Navarino (Cabo de Hornos desde 2001) e Antártica. A capital é Porto Williams (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Em 1984, durante o governo de Augusto Pinochet Ugarte (1973-1990), foi desenvolvida uma Política Antártica que buscou definir mais claramente os meios e ações a serem desenvolvidos para consolidar a soberania do Chile na Antártica. Importante destaque dessa política foram os estudos para instalação de novas bases e o desenvolvimento da infraestrutura necessária para converter Punta Arenas e o Aeródromo *Teniente Rodolfo Marsh* (Antártica) no principal ponto de acesso e apoio para a região Antártica, era o desejo de intensificar o trabalho científico e alcançar ocupação efetiva por meio de uma população civil e militar (ROMERO, 1984).

Para Toro (1984), a Política Antártica de 1984 foi o reflexo de ações iniciadas pelo Presidente Pinochet, desde sua visita à Antártica em 1977. Em 1980, foi concluída a construção da pista de pouso, e inaugurado o Aeródromo *Teniente Rodolfo Marsh*, integrante do Complexo Base Aérea Antártica “Presidente Eduardo Frei Montalva”. Em 9 de abril de 1984, foi inaugurada a *Villa Las Estrellas*, que acolheu, pela primeira vez, as famílias dos militares da Força Aérea Chilena, dos integrantes da Direção Geral de Aeronáutica Civil (DGAC) e pesquisadores do INACH.

Segundo Gorostegui e Waghorn (2012), para alguns autores, a Política Antártica de Pinochet teve uma grande influência territorialista, uma vez que, naquela época, estava em debate a possibilidade de exploração de minério na Antártica. A política era muito focada na defesa da soberania e também a mais antagônica do Sistema do Tratado Antártico (STA).

4.5 Do Protocolo de Madri aos dias atuais

A Política Antártica, mencionada anteriormente, foi mantida até o final do Governo

Militar⁵⁰, quando começou a mudar para um enfoque ambientalista e científico, coincidente com as negociações e assinatura em 1991 do Protocolo de Madri. Em 1995, durante o governo do Presidente Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994-2000), foi inaugurada a base de pesquisas científicas *Profesor Julio Escudero* do INACH (GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012).

Durante o governo do Presidente Ricardo Lagos Escobar (2000-2006), a Política Antártica chilena foi formalizada com a aprovação, pelo Decreto Supremo nº 429 de 28 de março de 2000⁵¹, da Política Antártica Nacional, que estabeleceu um conjunto de princípios permanentes e que se encontra em vigor até os dias atuais (CHILE, 2000).

Para o Embaixador Heraldo Muñoz⁵² (2005, citado por GOROSTEGUI; WAGHORN, 2012), a Antártica é um elemento permanente de interesse nacional, e a política exterior do Chile deve ser realista⁵³.

Como esclarece Gorostegui e Waghorn (2012), um marco no desenvolvimento da Política Antártica Chilena foi a entrega, em 9 de maio de 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Nações Unidas, de um informe preliminar sobre a plataforma continental estendida de diversas áreas do território continental e ilhas oceânicas chilenas, incluindo também os antecedentes científicos relativos à plataforma correspondente ao Território Antártico Chileno, fazendo menção à observância do Tratado Antártico.

Durante o governo do Presidente Sebastián Piñera (2010-2014), um novo impulso foi dado à atividade antártica, quando ocorreu, no Ministério das Relações Exteriores, a elevação de

⁵⁰ Período da História do Chile compreendido entre o dia 11 de setembro de 1973, quando o presidente Salvador Allende (1970-1973) foi deposto, até o 11 de março de 1990, quando o presidente Augusto Pinochet (1973-1990) entregou o poder ao presidente eleito Patricio Aylwin Azócar (1990-1994). Informações disponíveis na Biblioteca do Congresso Nacional em: http://historiapolitica.bcn.cl/hitos_periodo/periodo?per=1973-1990. Acesso em: 31 jul. 2015.

⁵¹ A *Política Antártica Nacional* foi assinada na Ilha Rei George, na Antártica, pelo Presidente da República Ricardo Lagos, junto com a Ministra das Relações Exteriores Soledad Alvear, acompanhados pelo Comandante da Força Aérea chilena General Patricio Ríos e pelo Diretor do Instituto Antártico Chileno, Embaixador Oscar Pinochet de la Barra (CHILE, 2000).

⁵² Heraldo Muñoz, *Los desafíos de la Política Exterior y de la Cancillería* em *Diplomacia* nº 102 Jun 2005 (Academia Diplomática de Chile), p. 8

⁵³ *Ibid.* Embaixador Heraldo Muñoz foi o Representante Permanente do Chile na ONU entre 2003 e 2010 e desde 11 mar. 2014 é o Ministro das Relações Exteriores do Chile.

status da coordenação dos assuntos antárticos, com a criação da Diretoria da Antártica, que assumiu as atividades do Departamento da Antártica da Diretoria de Meio Ambiente. O Subsecretário de Relações Exteriores, Embaixador Fernando Schmidt, assinou a Ordem de Serviço N° 31 de primeiro de fevereiro de 2011, em uma cerimônia na base *Professor Julio Escudero* do INACH, instalada na Ilha Rei George, no Território Chileno Antártico (CHILE, 2011).

Um dos principais objetivos com a criação da Diretoria da Antártica foi o fortalecimento da mentalidade antártica. Para isso, em 18 de abril de 2011, foi realizada, em Puerto Williams, capital da Província Antártica chilena, a 48ª reunião do Conselho de Política Antártica (CPA), sendo a primeira ocasião em que o Conselho se reuniu fora de Santiago. A reunião foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Alfredo Moreno Charme, e nela, foi aprovado o Planejamento Estratégico Antártico 2011-2014⁵⁴ (CHILE, 2011).

Em 4 de janeiro de 2014, o Presidente Sebastián Piñera (2010-2014), inaugurou, no Círculo Polar Antártico, a Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión*⁵⁵. Ao inaugurar mais uma estação na continente Antártico, o Presidente Piñera recordou que “o Chile é o único país que tem um título jurídico sobre o continente, que foi outorgado nos tempos do Rei Carlos V, e, por esse feito, é um país que tem uma presença permanente no continente” (CHILE, 2014a).

Durante a visita ao continente Antártico, o Chefe de Estado assinou a mensagem de encaminhamento à Câmara dos Deputados de projeto de lei que estabelece um Estatuto Chileno Antártico. Este novo documento substituirá o Estatuto de 1956, promulgado anteriormente às

⁵⁴ O Planejamento Estratégico Antártico 2011-2014 estava baseado em três objetivos: consolidar e ampliar a presença e atividades do Chile na Antártica; fortalecer o posicionamento do Chile como país ponte e a Região de Magalhães e Antártica Chilena como porta de entrada para Antártica e promover e reforçar o Sistema do Tratado Antártico, principalmente através de uma maior presença do Chile nos seus foros e reuniões (CHILE, 2011 p. 210).

⁵⁵ A Estação Científica Conjunta *Glaciar Unión* é uma base antártica de verão do Chile, localizada na latitude 79°46'S e longitude 82°54'O, na região do Glaciar Unión e montes Ellsworth. É operada em conjunto pelo INACH, Exército, Força Aérea e Marinha chilena. Esta estação juntamente com a estação estadunidense Amundsen-Scott e a estação chinesa de Kunlun são as bases mais próximas do Polo Sul, que se encontra a cerca de 1080 km de distância e são as únicas estações dentro do Círculo Polar Antártico.

negociações e assinatura do Tratado da Antártica (CHILE, 2014a).

Na ocasião, o Chefe de Estado chileno reforçou posição da política antártica do país, afirmando:

“somos el país con mayor cercanía geográfica con la Antártica, y aún más, porque el Continente Sudamericano y el Continente Antártico tienen plataformas que convergen, lo cual establece la soberanía y los derechos chilenos sobre este continente”.⁵⁶

Conforme Francisco Berguño⁵⁷ (2014, citado por CHILE, 2014b), Diretor de Assuntos Antárticos do Ministério das Relações Exteriores, o projeto de lei tem como objetivo impulsionar a gestão, implementação e desenvolvimento de um regime antártico efetivo, e, para isso, pretende adequar as normas para o Chile contar com ferramentas jurídicas que apoiem a Política Antártica Nacional e reafirmar os direitos soberanos do Chile, como por exemplo, outorgando competência para o Tribunal da Justiça da Região de Magalhães conhecer as infrações que possam ser cometidas no Território Antártico Chileno.

Em 28 de outubro de 2014, a Comissão de Zonas Extremas da Câmara dos Deputados realizou uma reunião extraordinária na Base Aérea Antártica Presidente Frei Montalva para discutir o projeto de lei, já mencionado. A reunião teve um caráter inédito, pois foi a primeira vez que foi realizada uma sessão do Poder Legislativo fora do território continental do Chile (CHILE, 2014c; JARA, 2014).

Em 16 de dezembro de 2014, durante a 51ª Reunião do CPA, principal órgão chileno de tomada de decisão nos assuntos antárticos, foi aprovado o Planejamento Estratégico Antártico 2015-2019⁵⁸ (CHILE, 2014d).

Com objetivo de fortalecer a Região de Magalhães, como porta de entrada no

⁵⁶ “nós somos o país com a maior proximidade geográfica com a Antártica, e ainda mais, porque o Continente Sul-americano e o Continente Antártico têm plataformas que convergem, o que estabelece a soberania e os direitos chilenos sobre o continente” (Tradução nossa) (CHILE, 2014a).

⁵⁷ Sessão da Comissão de Zonas Extremas da Câmara de Deputados do Chile realizada em 10 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=104806> Acesso em: 28 jul. 2015.

⁵⁸ O Planejamento Estratégico Antártico 2015-2019 contempla cinco áreas prioritárias de trabalho: fortalecimento da participação do Chile no Sistema do Tratado Antártico; fortalecimento da mentalidade antártica nacional; fortalecer a região de Magalhães e Antártica Chilena como porta de entrada na Antártica; promover a Ciência Antártica Nacional e aumentar as capacidades operacionais e logísticas antárticas do Chile. (CHILE, 2014f).

continente Antártico, pela primeira vez, a reunião da CPA ocorreu na cidade de Punta Arenas e foi realizada na sede do INACH. O Ministro das Relações Exteriores do Chile, Embaixador Heraldo Muñoz, que presidiu a reunião do CPA, afirmou:

O Chile busca continuar a exercer a sua influência e proteger os seus interesses nos Sistema do Tratado Antártico, em conformidade com o estabelecido na nossa Política Antártica Nacional. Só desta forma podemos proteger os nossos direitos, assegurando a permanência e o fortalecimento do Sistema [...] O nosso país deve estar atento para as mudanças na orientação do regime internacional e estar preparado para eventuais cenários complexos (CHILE, 2014e, p. 4).⁵⁹

Para o Embaixador Muñoz, o Chile deve permanecer na vanguarda do esforço antártico, e a condução da política externa chilena aponta nesse sentido, com a preocupação de “garantir a proteção ao continente que é uma reserva natural dedicada à ciência e à paz” (CHILE, 2014e, p. 4).⁶⁰

Na FIG. 6, podemos observar a evolução da Política Antártica chilena desde 1906 até os dias atuais.

Durante a abertura do ano letivo da Academia Diplomática Andrés Bello, em 24 de junho de 2015, o Embaixador Muñoz⁶¹ realizou um discurso centrado nos principais desafios da Política Exterior chilena e destacou a *Antártica como um tema de importância para o País*.

4.6 Considerações

O objetivo deste capítulo foi descrever o envolvimento do Chile com a Antártica, com o detalhamento do Território Antártico Chileno, os antecedentes históricos que levaram o Chile a uma reivindicação territorial em 1940, a participação chilena no Tratado da Antártica e a evolução da sua Política Antártica até os dias atuais.

⁵⁹ CHILE, 2014e, p. 4, tradução nossa. Texto original em espanhol.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 5, tradução nossa. Texto original em espanhol.

⁶¹ O Embaixador Heraldo Muñoz é o atual Ministro das Relações Exteriores do Chile (CHILE, 2015).

O Chile tem uma longa tradição antártica, fundamentada em razões geográficas, históricas e jurídicas. Para o País, o Território Antártico Chileno faz parte da sua divisão política e administrativa, existindo uma preocupação constante em preservar sua soberania na região.

O país foi um participante ativo nas negociações do Tratado da Antártica, considerando-se que vários dos acordos alcançados surgiram das suas iniciativas, pois o Chile já manifestava sua condição de país antártico desde o início da sua história.

Com a instalação de bases, órgãos públicos, legislação e a presença de Presidentes da República em atos significativos, o Chile procura marcar sua presença na região. Na sua história antártica, o Chile sempre se fez acompanhar da Argentina, ou com os mesmos objetivos ou discordantes.

A Política Antártica chilena, sob influência do Protocolo de Madri, chegou a mudar para um enfoque ambientalista e científico, mas, logo em seguida, é retomada com ações afirmativas de soberania e presença no continente.

Para impulsionar a atividade antártica, foi realizada a reorganização e fortalecimento das instituições relacionandas com a coordenação dos assuntos antárticos, a elaboração de planejamentos estratégicos, inauguração/reabertura de bases, revisão do ordenamento jurídico e a efetiva participação no Sistema do Tratado Antártico. Reuniões e atos significativos são realizados no Território Antártico Chileno como marcos da importância política que o Chile atribui à região Antártica.

Por diversas ocasiões, os Chefes de Estado e Chanceleres chilenos destacam a Antártica como um tema de importância para o País e reafirmam seus direitos de soberania sobre a região, sempre invocando seus precedentes históricos e geográficos.

5 CONCLUSÃO

A Antártica, por suas características geográficas, apresentou grande dificuldade de exploração, porém, após a confirmação da existência do Sexto Continente, o interesse dos Estados pela região esteve sempre envolvido por questões geopolíticas.

A cobiça por parte de vários Estados culminou com a apresentação de reivindicações territoriais de setores da região, inclusive, com sobreposição de setores. Essa característica realista de competição entre os Estados tornou o Sexto Continente uma região propícia para conflitos, pela inexistência de uma governança mundial.

Buscou-se, então, com a assinatura do Tratado da Antártica, e seus complementos, como o Protocolo de Madri, o estabelecimento de regimes jurídicos e de cooperação que inibissem a possibilidade de conflitos entre os países os quais reivindicam território, além de conter as iniciativas de internacionalização do continente.

As regras estabelecidas para o Sexto Continente definiram seu uso apenas para fins científicos, pacíficos e em prol da humanidade, mantendo a região sem divisão política ou soberania de qualquer Estado. Entretanto, as reivindicações territoriais não foram desfeitas, permanecendo, junto com a discussão sobre exploração mineral, como uma possibilidade de conflito no futuro.

Observa-se que, no Realismo Clássico, corrente teórica ainda presente nas Relações Internacionais, os Estados são os atores principais e livres para tomarem suas decisões, assim buscam preservar seus princípios clássicos como a soberania, a não-intervenção e a autonomia. A competição dos Estados para sobreviver torna a política internacional propícia para os conflitos, pois não existe um Governo Mundial.

O Chile, baseado em razões geográficas, históricas e jurídicas, mantém seus interesses geopolíticos sobre a região Antártica, especialmente sobre o reivindicado Território Antártico Chileno. Sua posição como país com orientação territorialista tem as características

do Realismo Clássico e influenciam diretamente a sua Política Antártica e suas ações governamentais.

Para o Chile, a Antártica é um elemento de interesse nacional, permanente e presente em sua Política Exterior, sendo o Território Antártico Chileno parte da sua divisão política e administrativa, existindo uma preocupação constante em desenvolver a presença estatal na região por ações tipicamente de manutenção da soberania, como nas associadas ao caráter científico.

Com uma efetiva participação no Sistema do Tratado Antártico, a instalação de bases, órgãos públicos, legislação, a frequente presença de Presidentes da República, declarações das autoridades, o Chile procura marcar sua presença na região e reafirmar seus direitos de soberania, sempre invocando seus precedentes históricos e geográficos.

Conclui-se, portanto, que a teoria do Realismo Clássico continua influenciando na elaboração e condução da Política Antártica do Chile desde sua primeira formulação em 1906 até os dias atuais. Dessa maneira, espera-se que o presente trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão do posicionamento geopolítico chileno na atualidade e permitir a continuidade dos estudos e conhecimento de um desafiador lugar, a Antártica, onde existe uma complexa relação entre soberania e cooperação.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Péricles. *Antártida: História e Geopolítica*. Cidade de Rio Grande: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 1981.

BRASIL. Decreto nº 94.401, de 3 de julho de 1987. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 jun. 1987. Seção 1, p. 8.573. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94401/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BUTTI, Cristóbal López; VASQUEZ, Lorena Castro. *Base O'Higgins: 365 días al sur del mundo*. Santiago do Chile: Novum Editorial, 2014.

CARVALLO, María Luisa Cruz, *Chile en la Antártida. Boletín del Centro Naval*. Buenos Aires, nº 836, p. 243-248, maio/ago. 2013. Disponível em:<<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>Acesso em: 27 jul. 2015.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2012.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CHILE. Câmara dos Deputados. *Diputados iniciaron discusión de proyecto que establece el estatuto chileno antártico*, 2014b. Disponível em: <http://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmid=104806> Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. _____. *Comisión de Zonas Extremas sesionó em la Antártica Chilena*, 2014c. Disponível em: <http://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmid=119745> Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estadísticas (INE). División Político-Administrativa y Censal, Regiones, Provincias, Comunas y Distritos Censales*, 2007. Disponível em : <http://www.ine.cl/canales/chile_estadistico/territorio/division_politico_administrativa/pdf/PA_COMPLETA.pdf> Acesso em: 04 jul 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Decreto Supremo nº 1747 de 6 de novembro de 1940. *Fija Territorio Chileno Antartico*. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1017683>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. _____. Decreto nº 298 de 17 de julho de 1956. *Aprueba el Estatuto del Territorio Antartico Chileno*. Disponível em: <www.leychile.cl/N?i=210585&f=1960-02-12&p=>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. _____. Decreto Supremo nº 429 de 28 de março de 2000. Aprova a Política Antártica Nacional. Disponível em: <http://www.minrel.gov.cl/minrel/site/artic/20121010/asocfile/20121010172919/politica_antartica_2000.doc>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. _____. *Memória Anual 2011, Arquivo Histórico Geral*. Disponível em: <<http://www.>>

minrel.gob.cl/biblioarchivo/site/artic/20131015/asocfile/20131015154606/memoria_minrel_2011_2.pdf> Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. _____. *Sala de Prensa. Presidente Piñera inaugura Estación Polar Científica Conjunta “Glaciar Unión” en Círculo Polar Antártico Región de Magallanes*, 2014a. Disponível em: <<http://www.minrel.gov.cl/minrel/site/artic /20140104/pags/>> Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. _____. *Instituto Antártico Chileno. Canciller encabeza en Punta Arenas la 51.ª Reunión del Consejo de Política Antártica*, 2014d. Disponível em: <<http://www.inach.cl/inach/?p=15238>> Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. _____. *51.ª Reunión del Consejo de Política Antártica. Informe del Ministro de Relaciones Exteriores de Chile al Consejo de Política Antártica*, 2014e. Disponível em: <<http://www.camara.cl/pdf.aspx?prmid=26889&prmtipo=documento>> Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. _____. *Consejo de Política Antártica, Secretaría Ejecutiva, Plan Estratégico Antártico 2015-19, em 51 Reunión del Consejo de Política Antártica*, 16 dez. 2014f. Disponível em: <<http://www.camara.cl/pdf.aspx? prmid=26889&prmtipo=documentocomision>> Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. _____. *Canciller Muñoz inauguró el año académico en la Academia Diplomática Andrés Bello*, 2015. Disponível em: <<http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20150624/pags/20150624184417.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

COUNCIL OF MANAGERS OF NATIONAL ANTARCTIC PROGRAM (COMNAP). *Antarctic Information*. Disponível em: <<https://www.comnap.aq>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

DAY, David. *Antarctica: a biography*. New York: Oxford University Press, 2013.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O Sistema do Tratado da Antártica: Evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2009.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

GALLARDO, Enrique Villarroel. *Antecedentes de la negociacion diplomática previa al Tratado de 1959 y la posición de Chile*. In: ORREGO, Francisco Vicuña; INFANTE, María Teresa Caffi; ARMANET, Pilar Armanet. *Política Antártica de Chile*. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, 1984. pp. 81-87.

GOROSTEGUI, José Javier Obanoz; WAGHORN, Rodrigo Gallegos. *Chile en la Antártica: Nuevos desafíos y perspectivas*. Santiago do Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2012.

HILARY, Edmund; MCGONIGAL, David; WOODWORTH, Lynn. *Antarctica: The Complete Story*. Londres: Frances Lincoln, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUNTFORD, Roland. *O último lugar da Terra: a competição entre Scott e Amundsen pela conquista do Pólo Sul*. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JARA, Pedro Sotomayor. *Comisión de Zonas Extremas de la Cámara de Diputados sesionó en la Antártica*. El Magallanews, 30 out. 2014. Disponível em : <<http://www.elmagallanews.cl/noticia/politica/comision-de-zonas-extremas-de-la-camara-de-diputados-sesiono-en-la-antartica>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

NYE JÚNIOR, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. 1. ed. Tradução de Tiago Araújo. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2002.

MATTOS, Leonardo Faria de. *O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015.

MARTINIC, Mateo Beros. *Cien años de Política Antártica: algunas reflexiones de cara al futuro*. *Revista dos Estudios Hemisféricos y Polares*. Vinã del Mar, v. 1, nº 6, p. 147-156, 3º trimestre 2010. Disponível em:< <http://www.hemisfericosypolares.cl/rev-.htm>>Acesso em: 27 jul. 2015.

MERICQ, Luís S. *Antarctica: Chile's claim*. Washington, DC: National Defense University, 1987.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Manual do candidato: Política Internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2010.

PINOCHET, Oscar de La Barra. *La contribución de Chile al Tratado Antártico*. In: ORREGO, Francisco Vicuña; INFANTE, María Teresa Caffi; ARMANET, Pilar Armanet. *Política Antártica de Chile*. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, 1984. pp. 89-100.

ROCHA, Flávio Augusto Viana. *Sistema do Tratado da Antártica: Aspectos geopolíticos e econômicos decorrentes de uma crescente internacionalização do Continente Antártico e seus reflexos para o Brasil e para a MB*. 2011. Monografia C-PEM. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2011.

ROMERO, Pedro. *Presencia de Chile en la Antártica*. In: ORREGO, Francisco Vicuña; INFANTE, María Teresa Caffi; ARMANET, Pilar Armanet. *Política Antártica de Chile*. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, 1984. pp. 35-50.

SANTOS, Andressa de Melo. *O Realismo na Teoria das Relações Internacionais*. Caderno de Relações Internacionais da Faculdade Damas. Recife, v. 3, nº 5, p. 84-92, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revistas/index.php>> Acesso em 27 jul. 2015.

SARFATI, Gilberto. *Teoria de Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH (SCAR). *The History of SCAR*. Disponível em: <<http://www.scar.org/about/history>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

TORO, Carlos de Álvarez, *Vinculación histórica del Territorio Continental y la Antártica*. In: ORREGO, Francisco Vicuña; INFANTE, María Teresa Caffi; ARMANET, Pilar Armanet. *Política Antártica de Chile*. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, 1984. pp. 51-65.

ANEXO A

Ilustrações

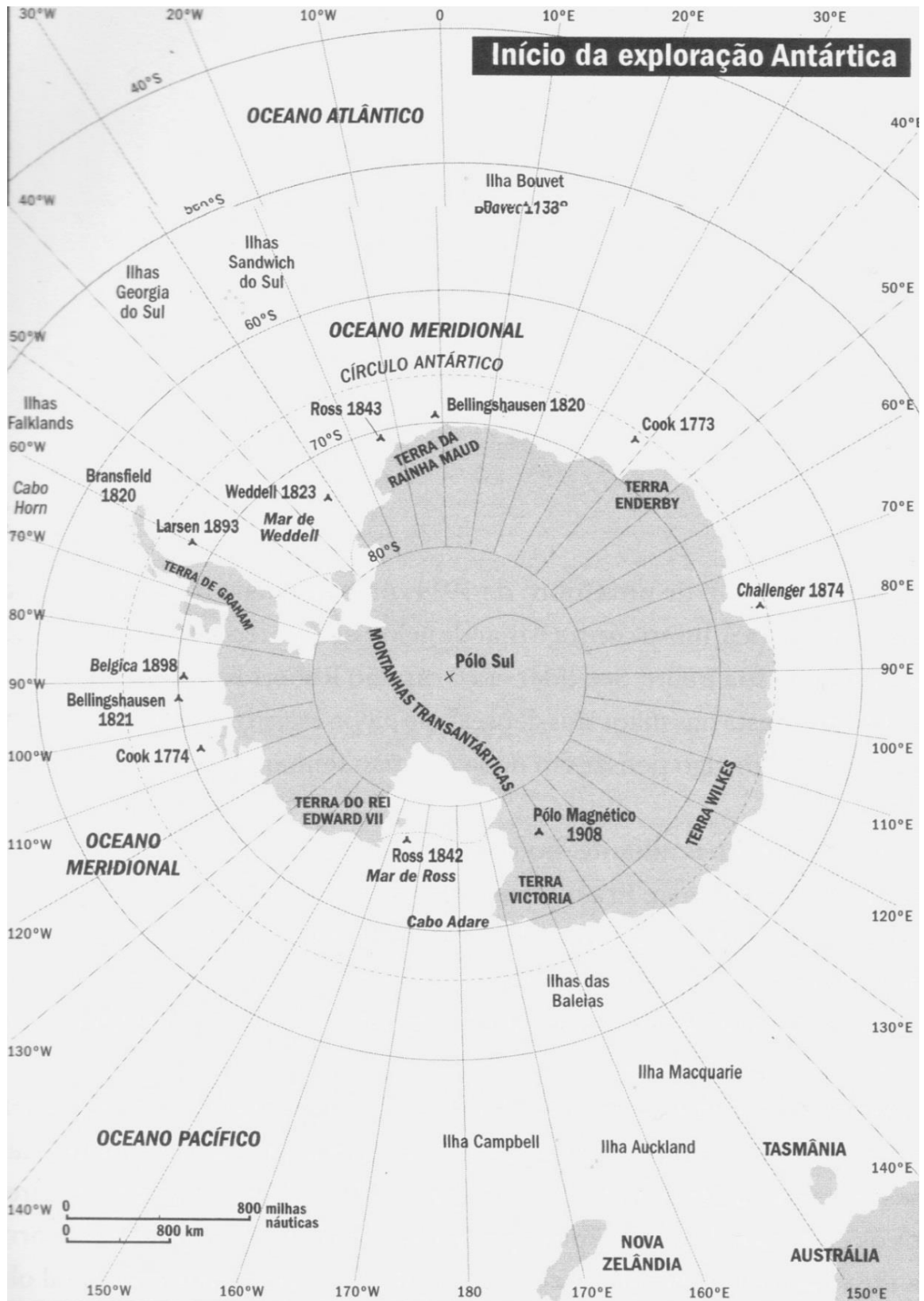


FIGURA 1 – Início da exploração Antártica.

Fonte: HUNTFORD, 2002, p. 24.

























TERRITORY		CLAIMANT	DATE	CLAIM LIMITS		
	British Antarctic Territory	 United Kingdom	1908		20°W	
	(Overseas territory of the United Kingdom)				80°W	
	Ross Dependency	 New Zealand	1923		150°W	
	(Dependency of New Zealand)				160°E	
	Adélie Land	 France	1924		142°2'E	
	(District of French Southern and Antarctic Lands)				136°11'E	
	Peter I Island	 Norway	1929		68°50'S 90°35'W / 68.833°S 90.583°W	
	(Dependency of Norway)					
	Australian Antarctic Territory	 Australia	1933		160°E	136°11'E
	(External territory of Australia)				142°2'E	44°38'E
	Queen Maud Land	 Norway	1939		44°38'E	
	(Dependency of Norway)				20°W	
	Antártica	 Chile	1940		53°W	
	(Commune of Antártica Chilena Province)				90°W	
	Argentine Antarctica	 Argentina	1940		25°W	
	(Department of the province of Tierra del Fuego)				74°W	

FIGURA 2 –Resumo das Reivindicações Territoriais.

Fonte: ROCHA, 2011, p. 96.

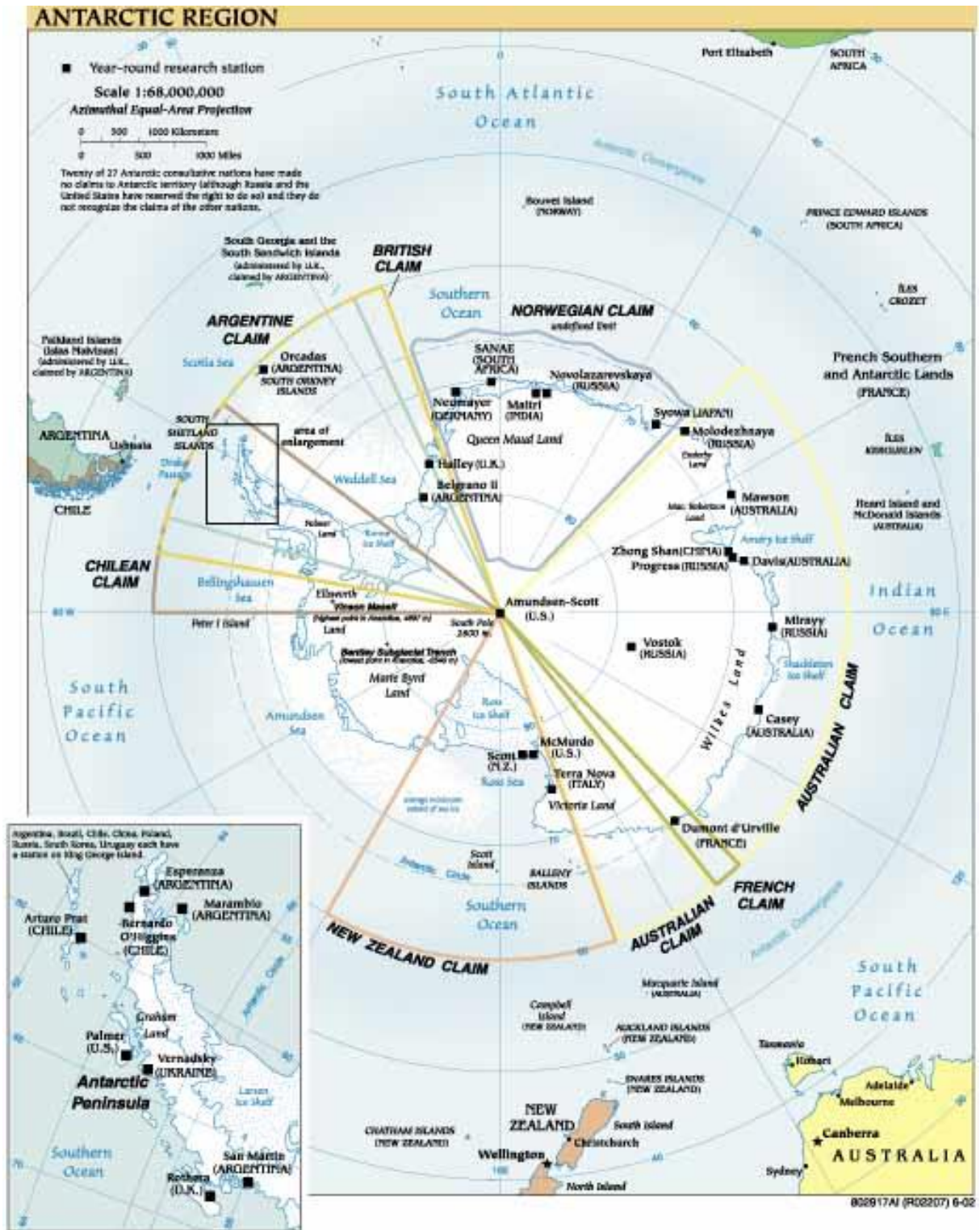


FIGURA 3 – Reivindicações Territoriais

Fonte: The World Factbook 2004. Disponível em: <http://www.umsl.edu/services/govdocs/wofact2004/reference_maps/antarctic.html>. Acesso em: 18 jul. 2015.

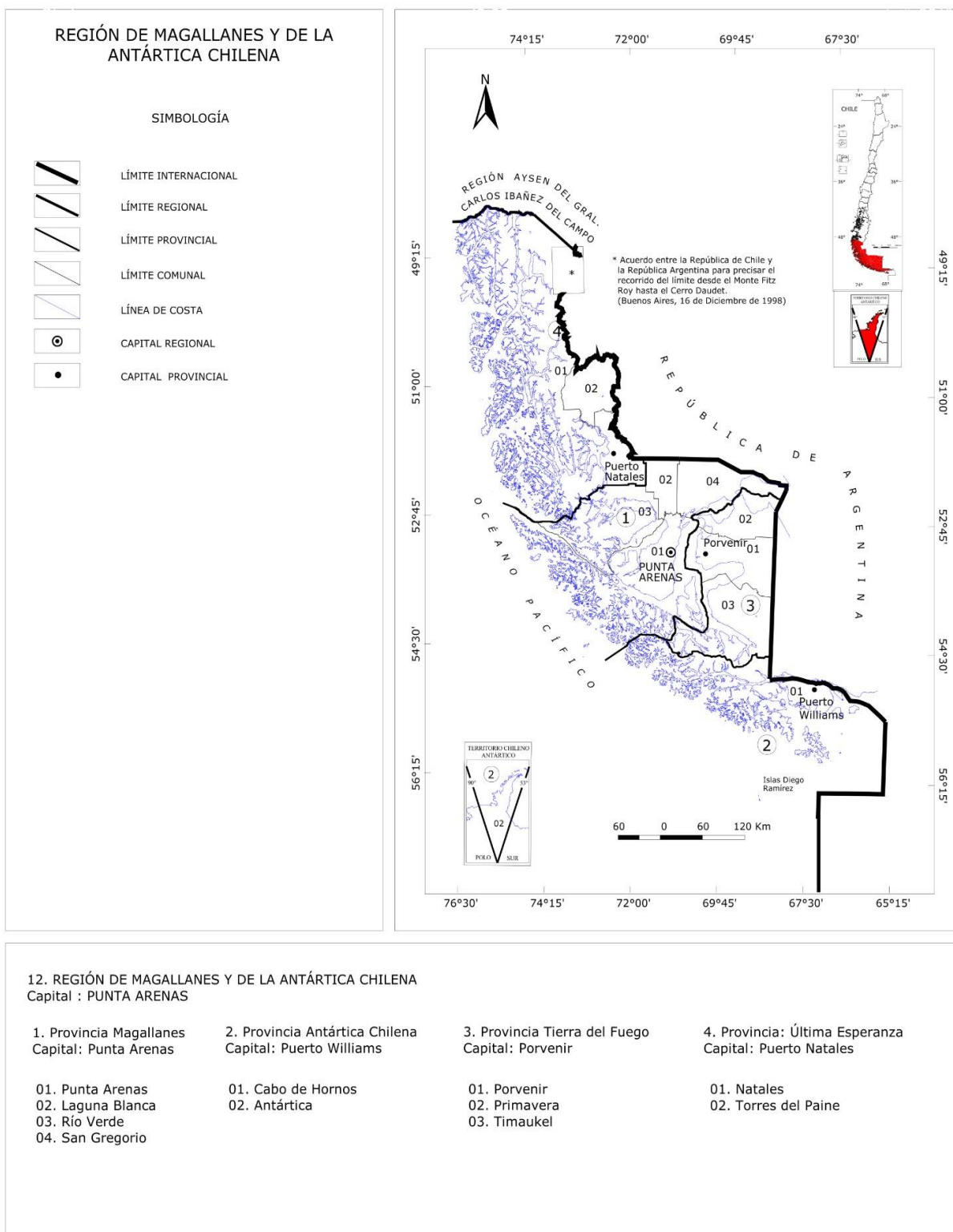


FIGURA 4 – Região de Magalhães e Antártica Chilena.

Fonte: INE. Disponível em : <<http://www.inemagallanes.cl/archivos/files/pdf/DivisionPoliticoAdministrativa/magallanes.pdf>> Acesso em: 27 jun 2015.

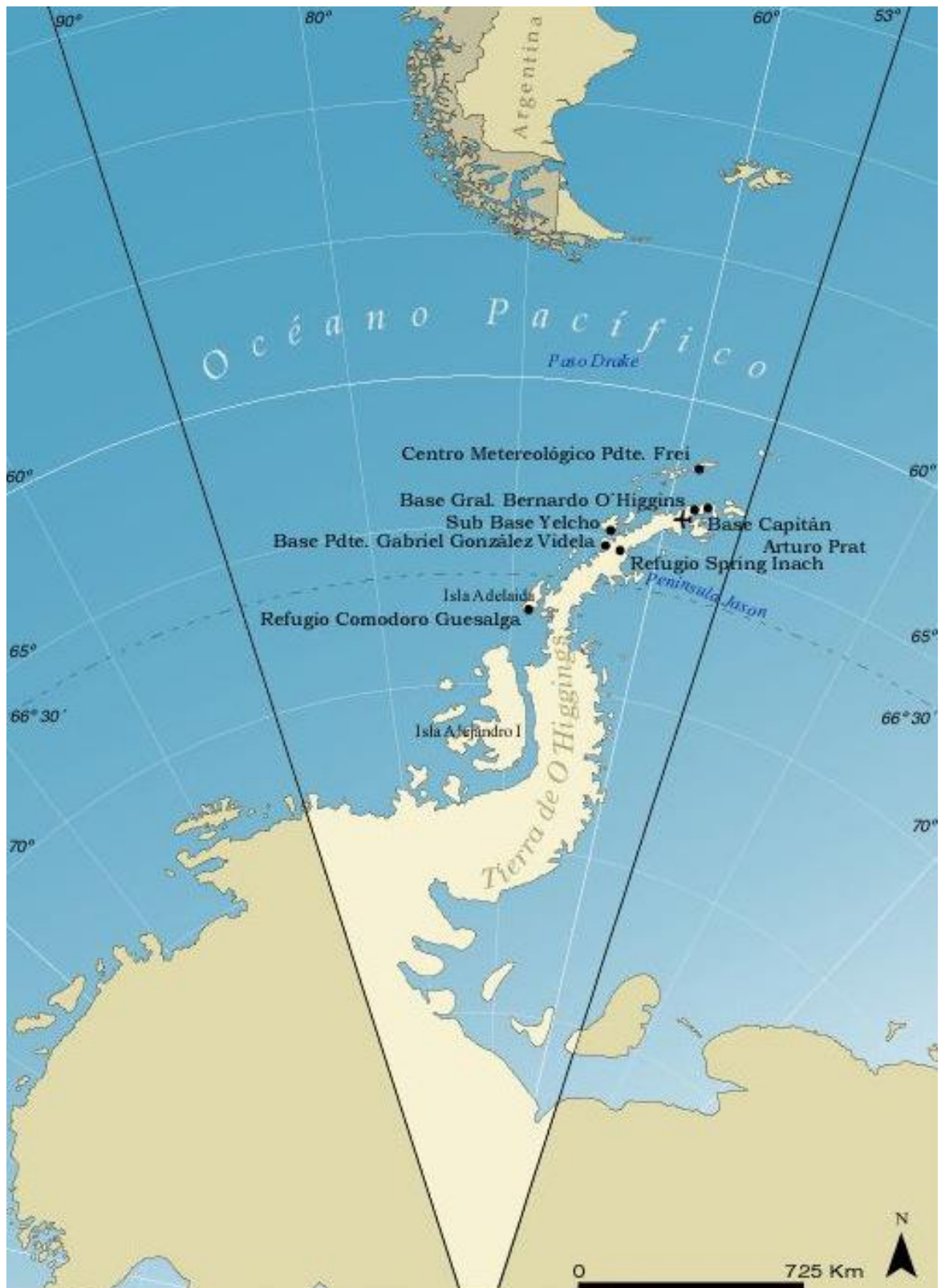


FIGURA 5 – A Antártica Chilena.

Fonte: *Geografía de Chile*. Disponível em: < <http://www.saladehistoria.com/geo/Cont/C053.htm> > Acesso em: 22 jul. 2015.

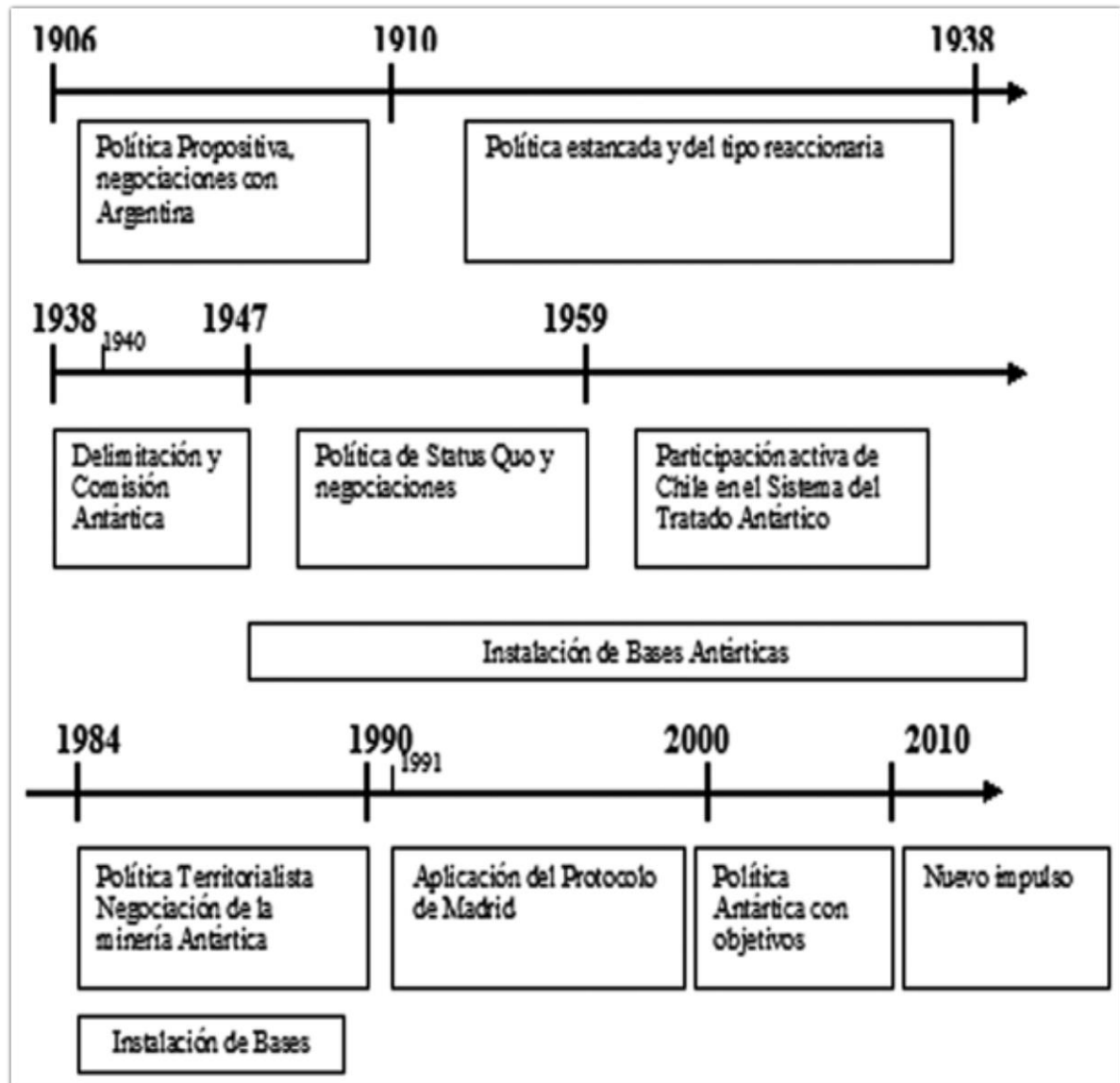


FIGURA 6 – Evolução da Política Antártica Nacional do Chile.
 Fonte: GOROSTEGUI;WAGHORN, 2012, p. 216.

ANEXO B

Tabelas

TABELA 1

Partes Consultivas do STA



 List of Consultative Parties					
Country	Entry into force	Consultative status	Environment Protocol	CCAS	CCAMLR
Argentina	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Australia	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Belgium	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Brazil	16 May 1975	27 Sep 1983	14 Jan 1998	X	X
Bulgaria	11 Sep 1978	05 Jun 1998	21 May 1998		X
Chile	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
China	08 Jun 1983	07 Oct 1985	14 Jan 1998		X
Czech Republic	14 Jun 1962	01 Apr 2014	24 Sep 2004		
Ecuador	15 Sep 1987	19 Nov 1990	14 Jan 1998		
Finland	15 May 1984	20 Oct 1989	14 Jan 1998		X
France	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Germany	05 Feb 1979	03 Mar 1981	14 Jan 1998	X	X
India	19 Aug 1983	12 Sep 1983	14 Jan 1998		X
Italy	18 Mar 1981	05 Oct 1987	14 Jan 1998	X	X
Japan	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Korea (ROK)	28 Nov 1986	09 Oct 1989	14 Jan 1998		X
Netherlands	30 Mar 1967	19 Nov 1990	14 Jan 1998		X
New Zealand	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998		X
Norway	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Peru	10 Apr 1981	09 Oct 1989	14 Jan 1998		X
Poland	23 Jun 1961	29 Jul 1977	14 Jan 1998	X	X
Russian Federation	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
South Africa	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Spain	31 Mar 1982	21 Sep 1988	14 Jan 1998		X
Sweden	24 Apr 1984	21 Sep 1988	14 Jan 1998		X
Ukraine	28 Oct 1992	04 Jun 2004	24 Jun 2001		X
United Kingdom	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
United States	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Uruguay	11 Jan 1980	07 Oct 1985	14 Jan 1998		X

TABELA 2

Partes não Consultivas do STA

 List of Non-Consultative Parties					
Country	Entry into force	Consultative status	Environment Protocol	CCAS	CCAMLR
Austria	25 Aug 1987				
Belarus	27 Dec 2006		15 Aug 2008		
Canada	04 May 1988		13 Dec 2003	X	X
Colombia	31 Jan 1989				
Cuba	16 Aug 1984				
Denmark	20 May 1965				
Estonia	17 May 2001				
Greece	08 Jan 1987		14 Jan 1998		X
Guatemala	31 Jul 1991				
Hungary	27 Jan 1984				
Kazakhstan	27 Jan 2015				
Korea (DPRK)	21 Jan 1987				
Malaysia	31 Oct 2011				
Monaco	31 May 2008		31 Jul 2009		
Mongolia	23 Mar 2015				
Pakistan	01 Mar 2012		31 Mar 2012		X
Papua New Guinea	16 Mar 1981				
Portugal	29 Jan 2010		10 Oct 2014		
Romania	15 Sep 1971		05 Mar 2003		
Slovak Republic	01 Jan 1993				
Switzerland	15 Nov 1990				
Turkey	24 Jan 1996				
Venezuela	24 Mar 1999		31 Aug 2014		

Fonte: Antarctic Treaty Secretariat. Disponível em <http://www.ats.aq>. Acesso em 18 jul. 2015.